



RELATÓRIO 2019

Primeiro Semestre



Banco Santander Totta, S.A.

Principais Destaques	3
Mapa de Indicadores	4
Cultura Corporativa	5
Principais Distinções e Reconhecimentos	6
Factos Relevantes no 1º Semestre 2019	8
Órgãos Sociais	9

Actividades e Resultados

Enquadramento da Atividade	11
Áreas de Negócio	15
Informação Económica e Financeira	21

Gestão de Risco

Risco de Crédito e de Contraparte	28
Risco de Balanço	32
Risco de Mercado	33
Risco Operacional	34
Risco de Cumprimento e Reputacional	36

Informação Complementar

Demonstrações Financeiras Consolidadas	41
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	47

Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 24 de setembro de 2019

Banco Santander Totta, SA

Rua do Ouro, 88 - 1100-063 Lisboa

Capital Social: 1.256.723.284 €

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Lisboa sob o nº 500 844 321 e NIPC nº 500 844 321

LEI: 549300URJH9VSI58CS32

Principais destaques













“Os resultados do primeiro semestre dão continuidade ao crescimento sustentado que o Banco tem vindo a apresentar, com o resultado líquido a atingir 240 milhões de euros, mais 1,7% do que nos primeiros seis meses de 2018. Somos um Banco cada vez mais próximo e focado no Cliente, e estes números mostram que estamos a prestar um bom serviço e a merecer a sua confiança. Por outro lado, temos vindo a receber várias distinções como o Melhor Banco em Portugal – fomos premiados este mês pela *Euromoney* – e como Marca Mais Reputada do setor.

Os recursos são um sinal dessa confiança, seguindo numa trajetória ascendente, com um aumento de 3,7% em termos homólogos. E continuamos a evidenciar quotas muito relevantes nos novos empréstimos de crédito a empresas (20,5%) e habitação (18,9%).

Dando continuidade ao propósito de servir cada vez melhor os nossos Clientes, continuámos a implementar novas soluções digitais e a simplificar os processos operativos, num processo gradual de transformação digital. Produtos e serviços como a nova plataforma de contratação hipotecária, o CrediSimples Negócios (crédito online para empresas) e o inovador modelo de Balcão *Work Café*, têm tido resultados muito bons, prova de que estão a ser muito bem rececionados pelo mercado. E isso reflete-se também nos mais de 756 mil clientes digitais que temos atualmente, um crescimento de 13% (yoy).

Para o segundo semestre estamos otimistas com a evolução da nossa atividade, e continuaremos a privilegiar a experiência do Cliente e o apoio às famílias e empresas, através da melhor resposta possível às suas necessidades”.

Pedro Castro e Almeida, Presidente Executivo do Banco Santander Portugal

RENDIBILIDADE	CRESCIMENTO	SOLIDEZ	APOIO À COMUNIDADE
 <p>Produto Bancário</p> <p>670,2 M€ (+5,5%)</p>	 <p>Crédito Habitação +1,4% Depósitos de Clientes +3,4%</p> <p>Var. YoY</p>	 <p>Rácio de NPE</p> <p>3,3%</p>	 <p>Donativo Participativo</p> <p>25 projetos</p>
 <p>Resultado Líquido</p> <p>239,8M€ (+1,7%)</p>	 <p>Cientes Banco Principal</p> <p>768 mil (+4,9%)</p>	 <p>Custo do Crédito</p> <p>-0,1%</p>	 <p>Santander Advance</p> <p>128 bolsas de estágio</p>
 <p>ROE</p> <p>13,5% (+0,6pp)</p>	 <p>Cientes Digitais</p> <p>756 mil (+12,6%)</p>	 <p>Rácio CET 1</p> <p>16,5%</p>	 <p>Responsabilidade Social</p> <p>19.120 pessoas beneficiadas</p>

Mapa de indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	1S 2019	1S 2018	Var.
Ativo líquido	52.905	52.545	+0,7%
Crédito a clientes (líquido)	39.751	40.069	-0,8%
Recursos de clientes	42.591	41.072	+3,7%
Total do Capital Próprio	3.632	3.288	+10,5%
Margem financeira	426,2	445,0	-4,2%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	169,5	167,3	+1,3%
Produto bancário	670,2	635,1	+5,5%
Resultado de exploração	372,0	324,4	+14,7%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*	382,4	340,4	+12,3%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	239,8	235,6	+1,7%

RÁCIOS	1S 2019	1S 2018	Var.
ROE	13,5%	12,9%	+0,6 p.p.
ROA	0,9%	0,9%	+0,0 p.p.
Rácio de Eficiência	44,5%	48,9%	-4,4 p.p.
Rácio CET 1** (fully implemented)	16,5%	12,6%	+3,9 p.p.
Rácio Tier 1**	16,5%	12,6%	+3,9 p.p.
Rácio de capital**	18,6%	12,8%	+5,8 p.p.
Rácio de Non-Performing Exposure	3,3%	4,9%	-1,6 p.p.
Cobertura de Non-Performing Exposure	53,3%	54,6%	-1,3 p.p.
Custo do crédito	(0,1%)	(0,0%)	-0,1 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	111,9%	116,4%	-4,5 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	1S 2019	1S 2018
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa3	Ba1
Standard & Poor's	BBB	BBB-
DBRS	A	A

OUTROS DADOS	1S 2019	1S 2018	Var.
Colaboradores***	6.340	6.695	-355
Colaboradores em Portugal***	6.317	6.662	-345
Pontos de atendimento	553	672	-119
Total de agências e centros empresa em Portugal	543	662	-119

* Exclui resultados não recorrentes

** Com resultado líquido de dividendos a distribuir

*** Critério vínculo

Cultura Corporativa

O *Santander Way* é a nossa cultura corporativa e está totalmente alinhada com a nossa missão, visão, e com o nosso modelo de negócio. É o pilar do Banco, um Banco responsável.

Simple | Próximo | Justo

Simple, Próximo e Justo é a essência da cultura corporativa do Banco. Incorpora como todos os colaboradores do Santander pensam e trabalham, e representa o que os clientes esperam de nós como Banco. Define como fazemos o nosso negócio e como tomamos decisões, e a forma como interagimos com clientes, acionistas e a comunidade.

Todas as equipas no Banco Santander esforçam-se cada dia para se assegurar que tudo o que fazem é Simple, Próximo e Justo – esta é a maneira de conquistar a lealdade e confiança duradoura dos clientes – agindo ao mesmo tempo de acordo com a nossa missão de ajudar as pessoas e as empresas a prosperar.

“Tão importante como o que fazemos é a forma como o fazemos”

Simple

Disponibilizamos um serviço acessível para os clientes, com produtos simples, fáceis de entender. Usamos uma linguagem simples e melhoramos os processos todos os dias.

Próximo

Tratamos os nossos clientes de forma individualizada e personalizada, oferecendo-lhes as alternativas que melhor se adequam às suas necessidades. Queremos que cada um dos nossos colaboradores e clientes se sintam únicos e valorizados.

Justo

Tratamos os nossos colaboradores e clientes de forma justa e igual, somos transparentes e cumprimos as nossas promessas. Estabelecemos relações em que o Banco, colaboradores, clientes e acionistas possam obter benefícios. Porque entendemos que o que é bom para eles também é bom para o Banco.

A nossa cultura é baseada em oito comportamentos corporativos...



Demonstro respeito



Escuto com atenção



Falo claramente



Cumpro as promessas



Apoio as pessoas



Promovo a mudança



Promovo a colaboração



Trabalho com paixão

....e uma forte cultura de risco onde cada um é pessoalmente responsável pela gestão dos seus riscos no seu dia a dia de trabalho

All theSantander team engaged in

risk pro

Principais Distinções e Reconhecimentos

O melhor é para si

Prémio Melhor Banco em Portugal 2019



No âmbito dos Euromoney Awards, o Santander foi nomeado o "Melhor Banco em Portugal 2019".
Este prémio é para si.

Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.



Melhor Banco em Portugal

O Santander em Portugal foi distinguido pela revista **Euromoney** com o prémio de "Melhor Banco em Portugal 2019", no âmbito dos *Awards for Excellence 2019*, que decorreram em Londres com a presença de mais de 500 banqueiros de todo o mundo. Os 'awards' distinguem as instituições que apresentam os melhores serviços junto dos seus clientes demonstrando liderança, inovação e dinamismo nos mercados onde operam. Está é já a 17ª vez que a atividade do Santander é distinguida em Portugal.



Melhor Banco em Portugal

A revista norte-americana **Global Finance** elegeu o Santander em Portugal como o "Melhor Banco em Portugal", no âmbito dos "World's Best Banks 2019". Os eleitos, segundo a entidade norte-americana, foram os que "melhor souberam responder às necessidades dos seus clientes em mercados difíceis, estabelecendo ainda as bases de sucesso para o futuro".



Marca Bancária Mais Reputada

O Santander é a **marca com a melhor reputação da banca em Portugal**, segundo o **Marktest Reputation Index (MRI) 2019**. O Banco obteve as avaliações mais altas do setor nos atributos de admiração, confiança, imagem e *word-of-mouth* (WOM). O Santander subiu este ano ao 1º lugar do setor, destacando-se nos quatro atributos acima referidos. Na Familiaridade ocupou em *ex-aequo* a segunda posição.



Marca Bancária Mais Reputada

O Santander foi também a **marca com a melhor reputação da banca em Portugal**, segundo o **estudo da Global RepScore Pulse 2019**, desenvolvido pela consultora **On Strategy**. É a terceira vez consecutiva que o Santander ocupa esta posição, liderando nos vários atributos analisados, entre eles: liderança, inovação, performance, responsabilidade social corporativa, *governance*, cidadania e local de trabalho.



Empresa com Melhor Reputação Corporativa

O Santander foi considerado a **Empresa com a melhor reputação corporativa em Portugal**, ao ocupar o 1º lugar do setor no **ranking da Merco Empresas 2019**. É também o Banco mais bem posicionado no ranking geral das Empresas Mais Responsáveis e com melhor Governo Corporativo. A análise foi feita pela primeira vez em Portugal e cuja metodologia assentou em 1.200 entrevistas de 12 *stakeholders* diferentes.

**Banco 5 estrelas**

O Santander venceu o **Prémio Cinco Estrelas 2019**, na categoria de Grandes Bancos. Após avaliação dos 5 grandes bancos portugueses, realizada pela *U-scoot*, o Santander obteve a melhor classificação, com uma satisfação global de 71,8%, considerando variáveis como a satisfação, a recomendação, a confiança na marca e a inovação.

**Melhor Private Banking Services Overall**

O Santander venceu o prémio global de **"Best Private Banking Services Overall"** em Portugal, atribuído pela revista *Euromoney*. Está é já a 8ª vez consecutiva que o Banco recebe este galardão. O estudo foi realizado através de uma análise qualitativa das melhores práticas do setor, por região e por tipo de serviço.

**Melhor Private Bank**

O *Private Banking* do Santander em Portugal foi eleito pela revista *Global Finance* como o **"Melhor em Portugal"**, no âmbito dos *The World's Best Private Banks Awards for 2019*, que distinguem os melhores modelos de negócio de banca privada do mundo. Esta é já a quarta distinção consecutiva.

**Melhor Banco de Retalho**

O Santander foi distinguido como **"Best Retail Bank in Portugal"**, pela revista britânica *World Finance*, no âmbito dos prémios anuais da publicação. A entidade destacou a liderança do Banco, baseada na rentabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio.

**Melhor Banco para Trabalhar**

O Santander foi considerado o **"Melhor Banco para trabalhar em Portugal"**. E 2ª melhor empresa (na dimensão de mais de 1.000 colaboradores) para trabalhar, no âmbito do *Great Place to Work*, que contemplou a opinião dos colaboradores do Banco.

Outros prémios e distinções:**Melhor Private Banking nas categorias de serviço, *Euromoney***

Net-worth-specific services (Ultra High Net Worth clients (Greater than US\$ 30 million); Net-worth-specific services (High Net Worth clients (US\$ 5 million to US\$ 30 million); Net-worth-specific services (Super affluent clients (US\$ 1 million to US\$ 5 million); Asset Management; Family Office Services; Research and Asset Allocation Advice; Philanthropic Advice; ESG/Social Impact Investing; International Clients; Succession Planning Advice and Trusts.

Melhor Contact Center no setor Banca 2019, *Associação Portuguesa de Contact Centers***Prémio Market Member - Most Active Trading House in Derivatives Market, *Euronext***

(Avalia o desempenho dos membros pelos volumes de euros negociados nos derivados).

Prémio de N.º 1 Corporate Bond House, *Euronext*

(Distingue o intermediário financeiro com o maior volume de colocação de obrigações na Bolsa Portuguesa, cotados no segmento Euronext mercado regulamentado).

Factos Relevantes no primeiro semestre de 2019

Novos Órgãos Sociais

Santander em Portugal com novos órgãos sociais para o triénio 2019-2021. Pedro Castro e Almeida é o novo CEO.



Foco na experiência do cliente



Abertura do **segundo work café, em Coimbra**. Um novo modelo de balcão, com um *layout* moderno e sofisticado, que é simultaneamente uma cafetaria, para além de espaços de *co-working* para clientes e não clientes, que privilegia a proximidade e experiência dos utilizadores.

Transformação digital em curso

Lançamento de uma nova plataforma *online* para contratação de crédito habitação, que permite o seguimento do *workflow* de crédito em tempo real a todos os intervenientes no processo.



Um Banco que apoia as empresas e as pessoas

Solução **multiproduto Mundo 1|2|3** para clientes particulares devolveu **em *casback* aos clientes** cerca de **nove milhões**, no primeiro semestre de 2019.

Apoio à formação dos quadros de empresas através da **Academia Advance de Gestão** disponibilizou **6 programas de gestão** setoriais para Economia Social, Agro e Turismo, com a presença de 200 empresas. A **Box Santander Advance** visitou pela primeira vez a região da Madeira.

Compromisso com a Sociedade

O Grupo Santander anunciou os dez objetivos que refletem o seu compromisso de contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e desenvolver a sua atividade de forma responsável.

No primeiro semestre, o Santander apoiou 96 Associações através do seu programa de responsabilidade corporativa, beneficiando 19.120 pessoas em Portugal.



Órgãos Sociais do Banco Santander Totta, SA

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice-Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais	Amílcar da Silva Lourenço
	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Andreu Plaza Lopez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Inês Oom Ferreira de Sousa
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques
	Miguel Belo de Carvalho
	Remedios Ruiz Macia

Comissão de Auditoria

Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Vogais	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.

Comissão Executiva

Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vice-Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Amílcar da Silva Lourenço
	Inês Oom Ferreira de Sousa
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Miguel Belo de Carvalho

Secretário da Sociedade

Efetivo	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Suplente	Bruno Miguel dos Santos de Jesus
	Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Comissão Executiva

Amílcar Lourenço

Recuperações e Desinvestimento, Irregulares, Ativos não Produtivos e Inspeção. Responsável indicado por temas de Prevenção de Branqueamento de Capitais

Manuel Preto

Vice-Presidente da Comissão Executiva
Financeira, Organização e Meios

Miguel Carvalho

Redes Comerciais



Isabel Guerreiro

Inovação, Transformação Digital e Experiência do Cliente

Pedro Castro e Almeida

Presidente da Comissão Executiva
Riscos, Cumprimento, Gestão de Pessoas e Secretaria Geral (incluindo Governo Interno e Área Jurídica)

Inês Oom de Sousa

Produtos, Pagamentos, Marketing, Universidades e Banca Responsável

Enquadramento da Atividade

Internacional

A expansão global prosseguiu, no primeiro semestre de 2019, mas a um ritmo mais moderado, fruto da materialização de alguns riscos latentes, como as guerras comerciais, num contexto de maior incerteza e de longevidade do ciclo expansionista.

A elevada incerteza, com riscos económicos, refletidos no aprofundamento das guerras comerciais, e geopolíticas, está igualmente materializada nas projeções mais recentes, que apontam para uma mais pronunciada desaceleração em 2019, em particular nas economias desenvolvidas.

Crescimento Económico Mundial

	2017	2018	2019E
Mundo	3.8	3.6	3.2
Países Avançados	2.4	2.2	1.9
EUA	2.2	2.9	2.6
UEM	2.4	1.9	1.3
Reino Unido	1.8	1.4	1.3
Japão	1.9	0.8	0.9
Países em Desenvolvimento	4.8	4.5	4.1
África	2.9	3.1	3.4
Ásia	6.6	6.4	6.2
China	6.8	6.6	6.2
Europa de Leste	6.1	3.6	1.0
Médio Oriente	2.1	1.6	1.0
América Latina	1.2	1.0	0.6
Brasil	1.1	1.1	0.8

Fonte: FMI (julho de 2019)

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de julho do "World Economic Outlook", reviu em baixa as projeções para o ano de 2019 (e também 2020), em especial nas economias avançadas. Os riscos continuaram sendo avaliados como enviesados em baixa, em grande medida devido ao agravamento das guerras comerciais, que começaram a penalizar a confiança e o investimento, bem como às pressões desinflationistas, que condicionam o espaço de resposta da política monetária no atual contexto de taxas de juro muito baixas.

Na **zona euro**, o crescimento desacelerou mais rapidamente, em linha com a dinâmica já observada no final de 2018, podendo crescer cerca de 1,3% em 2019. A Europa, enquanto espaço económico mais aberto, sofreu os efeitos indiretos das guerras comerciais, conjugados com outros fatores que atingiram o todo, ou parte, da união monetária. Na Alemanha, o setor industrial foi também penalizado pelo "dieselgate", bem como pelos efeitos da transição energética, numa economia onde o setor automóvel desempenha um papel de relevo para a atividade.

Em França, os protestos dos "coletes amarelos" tiveram igualmente um impacto negativo sobre a atividade, em especial no final de 2018 e no primeiro trimestre de 2019, mas influenciando ainda, e pela negativa, a dinâmica anual.

Em Itália, a economia estagnou nos últimos trimestres, com a tensão política e consequente subida das *yields* a penalizar a confiança e a atividade económica.

O Banco Central Europeu incorporou também este enquadramento nas suas projeções de crescimento e de inflação, as quais foram revistas em baixa, tendo, consequentemente, revertido a sua mensagem de "normalização" da política monetária e reforçado o "forward guidance" quanto ao cariz expansionista da política. Assim, anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (TLTRO III) a iniciar em setembro de 2019, estendeu até junho de 2020 o período no qual as taxas de juro poderão permanecer em mínimos, e deixou em aberto a possibilidade de novas medidas, no final do verão. Os investidores incorporaram expectativas de novas descidas da taxa de depósito e de um novo programa de aquisição de ativos financeiros, com uma descida generalizada das taxas de juro, em todos os espetros da curva de rendimentos.

Nos **EUA**, a economia manteve ritmos de crescimento sustentados, embora em desaceleração, naquela que é uma das mais longas expansões da história. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu em mínimos, embora sem reflexos ao nível da dinâmica de salários, que permaneceram moderados.

Contudo, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, no quadro da incerteza associada às guerras comerciais, levou a que a Reserva Federal, já em julho, descesse a taxa de juro de referência em 25pb, para 2,25%, naquela que foi a primeira descida de taxas desde 2008. Refira-se que no início do ano, a orientação de política pela Reserva Federal era ainda de subida das taxas de juro de referência.

No **Reino Unido**, o processo político em torno do *Brexit* dominou todo o primeiro semestre, começando a ter implicações sobre o crescimento económico (com uma contração do PIB no 2T19). A data inicial de 31 de março, para a saída pelo Reino Unido da União Europeia, foi sucessivamente adiada, para 31 de outubro. Boris Johnson sucedeu a Theresa May enquanto primeiro-ministro, formando um governo "Brexiteer", e dizendo que a 31 de outubro o Reino Unido sairá da União Europeia, com ou sem acordo.

A **China** continuou a desacelerar, numa dinâmica que reflete a conjugação de vários fatores: (i) a secular desaceleração da atividade; (ii) os efeitos de medidas destinadas a travar o sobre-emprego da economia, em especial do "shadow banking system"; e (iii) os efeitos da imposição de tarifas adicionais pelos

EUA. Já em agosto, a Administração norte-americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio, após a moeda chinesa ter depreciado acima de 7 renmimbi por dólar pela primeira vez desde 2008.

Neste período, as taxas de juro de longo prazo desceram de forma significativa, ao longo de toda a curva de rendimentos, e na generalidade dos países. Na Alemanha, a curva de rendimentos assumiu níveis negativos até ao prazo dos 40 anos, enquanto em Portugal as *yields* entraram em terreno negativo até ao prazo dos 6 anos.

Os prémios de risco também se reduziram, de forma generalizada, com um estreitamento dos *spreads* face à Alemanha, inclusive por parte das taxas italianas.

Economia Portuguesa

A atividade económica, em Portugal, deu sinais de maior dinamismo no primeiro semestre, após uma segunda metade de 2018 mais tímida. O crescimento situou-se em redor de 1,8%, em termos homólogos, embora sem inverter a tendência de desaceleração já evidenciada desde 2017 (quando o PIB cresceu 2,8%).

O crescimento, neste período, foi claramente liderado por exportações e investimento, com o consumo privado a manter um contributo sustentado, embora moderado, para a evolução do PIB.

Dados Macroeconómicos

	2017	2018	2019E
PIB	2.8	2.1	1.6
Consumo Privado	2.3	2.6	3.0
Consumo Público	0.2	0.8	0.9
Investimento	9.2	5.5	4.8
Exportações	7.8	3.7	3.5
Importações	8.1	4.9	6.0
Inflação média	1.4	1.0	1.1
Desemprego	8.9	7.0	6.7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.0	-0.5	-0.2
Dívida pública (% do PIB)	124.8	122.0	118.6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.5	0.6	0.3

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Estimativas Santander Portugal

Apesar da dinâmica favorável no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a reduzir-se para 6,3% no segundo trimestre, as famílias mantêm um ritmo de despesa controlado e alinhado com a evolução do rendimento disponível. A taxa de poupança estabilizou acima dos 4% do rendimento disponível, muito próximo dos mínimos históricos.

A despesa de investimento manteve uma dinâmica positiva, em especial no primeiro trimestre de 2019. A despesa de capital representa já 20% do PIB, sendo que a recuperação face ao mínimo de 14,6% registado em 2013, decorre do investimento produtivo em máquinas, equipamentos e material de transporte, com o peso da construção a permanecer inalterado.

Este mais forte crescimento do investimento teve reflexos na evolução das importações, que também aceleraram no primeiro semestre do ano, conduzindo a uma inversão da balança de bens e serviços, que regressou a uma situação de défice, após os excedentes dos últimos anos. Contudo, como referido, o crescimento das importações é em grande medida justificado pela despesa de capital, com uma dinâmica controlada das importações de bens de consumo.

As exportações recuperaram no primeiro semestre, embora a um ritmo mais moderado do que o das importações, afetadas também pela desaceleração da economia europeia. Contudo, mantêm o seu papel enquanto um dos principais contribuidores para o crescimento económico, com um peso de cerca de 48% do PIB.

A desaceleração relativamente às importações refletiu-se numa inversão de tendência ao nível do saldo externo, com a balança de bens e serviços a registar um défice, o que não ocorria desde 2012. A balança corrente e de capital anulou os excedentes que tinha vindo a registar.

Como mencionado, a taxa de desemprego reduziu-se para 6,3%, no segundo trimestre, uma redução de 0,4pp face ao período homólogo, fruto da criação de 43 mil novos empregos neste período. A criação de novos postos de trabalho continua a ser dirigida pelo setor privado, associada a um aumento crescente dos contratos permanentes.

A correção dos principais desequilíbrios estruturais prossegue, numa dinâmica necessária para alavancar o crescimento potencial e reduzir as vulnerabilidades face a choques exógenos.

Neste campo, o endividamento da economia continua a reduzir-se, apesar de permanecer em níveis ainda elevados, comparativamente com os parceiros europeus. No primeiro trimestre de 2019, o endividamento público situava-se em 123% do PIB, enquanto o do setor privado se tinha reduzido para cerca de 197% (129% e 253% do PIB, respetivamente, em 2013). Destaque para o esforço de redução do nível de endividamento das empresas privadas, que passou de 171% do PIB em 2012 para 127% no 1T19. Adicionalmente, prossegue a redução dos ativos não produtivos, cujo rácio se reduziu para 8,9%, no final do primeiro trimestre.

O saldo orçamental das administrações Públicas, no primeiro trimestre de 2019, foi superavitário em 0,4% do PIB, fruto de um crescimento bastante favorável das receitas fiscais e das contribuições sociais, culminando num crescimento global das receitas, em termos homólogos, de 6,2% e, em percentagem do

PIB, de 0,1pp (40% do PIB). A despesa do Estado apenas cresceu 0,4% em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2019, fruto da redução da despesa em bens e serviços e do serviço da dívida, que mais do que compensou o aumento da despesa com salários e prestações sociais.

A resiliente conjuntura económica e a correção dos desequilíbrios suportam uma redução da perceção do risco soberano, refletido nos níveis mínimos registados ao longo de toda a curva de rendimentos, onde o prazo dos 10 anos para a dívida soberana cotava nos 0,3% e registava um diferencial de 90 pb face à Alemanha (à data de 12 de agosto de 2019).

Neste sentido, a notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moody's é de BBB, BBB e Baa3. As agências DBRS, em maio, e Moody's, em Agosto, reviram o *outlook* da dívida para positivo, indiciando uma possível revisão em alta da notação de risco, caso as variáveis económicas e financeiras continuem a evoluir favoravelmente.

Principais riscos e incertezas para o segundo semestre de 2019

A atividade bancária envolve, por definição, a gestão de riscos. Além dos riscos que lhe estão intrinsecamente associados, há um conjunto adicional de fatores de risco que podem influenciar o desenvolvimento da atividade no segundo semestre de 2019, como sejam a envolvente económica, interna e externa, ou o contexto regulatório e de supervisão.

A envolvente económica, tal como descrito no capítulo anterior, evidencia sinais de moderação do ritmo de crescimento, seja pela própria maturidade do ciclo económico, seja pela materialização de alguns fatores de risco, que deverão continuar a condicionar a conjuntura, nos restantes meses de 2019.

Por um lado, persistem riscos geopolíticos, com vários conflitos em diferentes pontos do globo, em curso e latentes, que contribuem para algum sentimento de aversão ao risco pelos agentes económicos.

Por outro lado, permanecem, ou surgem reforçados, riscos de maior protecionismo por parte de alguns países e/ou blocos económicos. A imposição unilateral de tarifas ou outras barreiras ao livre comércio, e medidas de retaliação, estão já a influenciar adversamente a dinâmica de crescimento, e no primeiro semestre de 2019 tiveram já um impacto nos volumes de comércio mundial e efeitos de contágio à atividade económica.

Na Europa, terminado o ciclo eleitoral com as eleições para o Parlamento Europeu, o foco centra-se nos sinais de abrandamento económico, particularmente marcado ao nível do setor industrial e, mais especificamente, do automóvel. Juntamente com os efeitos colaterais das guerras comerciais, contribuem para um ritmo de crescimento claramente abaixo do potencial, em especial em economias como a Alemanha, França e Itália, e que levou já o Banco Central Europeu a preparar-se para um conjunto de novas medidas de estímulo, a comunicar em Setembro.

A data de efetiva saída, pelo Reino Unido, da União Europeia foi adiada para 31 de outubro. O novo Governo sinaliza que não existirão novos protelamentos, independentemente da existência ou não de um acordo de saída. Os riscos de saída desordenada são assim, percecionados pelas autoridades e pelos agentes económicos, como mais elevados.

Em Portugal, subsistem vários fatores de risco, sendo um dos mais relevantes a envolvente externa, na medida em que o crescimento tem sido liderado pela dinâmica de exportações, em especial de bens, mas também de serviços.

Uma diminuição da procura externa, se associada a um eventual aumento da aversão ao risco, a nível global, pode influenciar a dinâmica do investimento, com repercussões quer sobre o emprego, quer sobre a possível procura de crédito.

A restrição orçamental permanece presente, apesar da redução do défice para mínimos históricos (meta de 0,2% do PIB para o défice em 2019) e da redução do rácio da dívida pública face ao PIB para 122%. A melhoria da notação de risco, ou do *outlook*, pelas principais agências, e a descolagem da dinâmica das *yields* face à Itália são um sinal de alguma imunidade, mas que não eliminará o risco num clima de maior aversão ao risco.

Em outubro de 2019, ocorrerão eleições legislativas, mas as sondagens não revelam uma alteração do atual enquadramento político, o que pode mitigar eventuais impactos sobre a incerteza e dinâmica de investimento.

Relativamente ao setor financeiro, os riscos e incertezas estão associados, por um lado, ao cenário de baixas taxas de juro, que continua a afetar a rendibilidade do setor. No contexto de incerteza, o Banco Central Europeu não só já adiou o ciclo de subida das taxas de juro de referência, como sinalizou que se poderá entrar num período mais longo de taxas de juro mais baixas.

Em 2019, o sistema financeiro, além dos temas de rendibilidade, estará focado na necessidade de iniciar o cumprimento com o requisito mínimo para os fundos próprios e para os passivos elegíveis (*MREL – Minimum Requirement on Eligible Liabilities*), como definido na Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD).

Ainda do ponto de vista regulatório, além dos processos de alteração à CRD IV e à CRR, em curso, decorrem discussões sobre alterações ao cômputo dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Acresce o processo de transformação do setor, com o início de atividades por algumas *large tech* no segmento de *e-money*, que lhes permite processar pagamentos eletrónicos, em concorrência com o setor bancário.

Áreas de Negócio

Banca Comercial

Particulares e Negócios

No primeiro semestre de 2019, o Banco deu continuidade à estratégia de melhoria do modelo comercial com o desenvolvimento e implementação de novas soluções digitais e com a simplificação de processos. Foi adotado um novo conceito de balcão, designado de **Work Café**, que consiste num espaço “aberto” à sociedade e ao mercado e que potencia a relação entre clientes e entre clientes e o Banco. Neste período foram inaugurados dois espaços deste novo conceito, um em Lisboa e o outro em Coimbra.



No que respeita à base de clientes, registou-se um crescimento de 8 mil clientes de banco principal. Quanto ao número de clientes digitais, utilizadores da App Santander e/ou NetBanco, ultrapassou os 756 mil clientes (45% da base de clientes ativos).



De salientar, ainda, a evolução positiva de clientes do Mundo 123 (clientes com conta, cartão e seguro de proteção) onde o Banco superou os 258 mil clientes, refletindo um crescimento no período de mais de 15 mil clientes. O **Mundo 123** é uma solução multiproducto dirigida a clientes particulares que, para além das vantagens da conta 123, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back*, na conta-cartão Mundo 123.

A estratégia sustentada na solidez do Banco e na confiança dos clientes, respondendo às necessidades de desenvolvimento e apoio à realização dos seus projetos, traduziu-se num aumento das produções de crédito, com um impacto positivo de 45 milhões de euros na carteira de crédito.

Nos primeiros seis meses do ano, a produção de crédito à habitação foi de 904 milhões de euros, com uma dinâmica trimestral muito favorável. A produção de crédito pessoal situou-se nos 233 milhões de euros, destacando-se a solução **online CrediSimples**, que representou cerca de 16% da produção.

No que respeita a recursos, a evolução foi positiva com um incremento de mais de mil milhões de euros em saldo pontual (dos quais 63% em recursos de balanço e o restante em recursos fora de balanço), relativamente ao valor observado no final de 2018. Fruto do incremento da diversificação das aplicações dos clientes no Banco, importa destacar o crescimento em fundos de investimento.

O segmento de Negócios continua a assumir relevância estratégica, pelo que o Banco mantém uma oferta onde a experiência do cliente, a oferta de valor e a digitalização assumem particular relevância. O lançamento, em março, do **CrediSimples Negócios**, uma solução de crédito *online* para

empresas, é exemplo visível dessa dinâmica, tendo contribuído para um incremento da produção superior em 32% face ao período homólogo. No final de junho, o volume de negócios do segmento registava um incremento de mais de 400 milhões, face a dezembro de 2018, o que representa um acréscimo de 5,2%.

Mantendo a sua estratégia de proximidade e forte ligação às comunidades portuguesas nas diversas geografias, o Banco tem vindo a reforçar a sua posição neste segmento, o que se traduziu no aumento das remessas recebidas do exterior em 2019 (+9%, face ao período homólogo), bem como na sua retenção.

De igual modo, reconhecendo o interesse crescente de estrangeiros em viver e/ou investir em Portugal, o Banco tem vindo a dar uma atenção especial a este subsegmento, agilizando processos e criando condições para atender às necessidades específicas destes clientes.

A atividade da área de *Private Banking* registou globalmente uma evolução positiva, no primeiro semestre, suportada por um bom desempenho dos mercados financeiros globais, num contexto altamente desafiante, de taxas de juro cada vez mais negativas.

Para a boa evolução no primeiro semestre de 2019, em muito contribuiu a relação de proximidade entre as diversas áreas do Banco, nomeadamente a área de Empresas com a qual se mantém uma estratégia dinâmica de *cross-reference* de clientes e o “corredor” Brasil-Portugal, tendo o *Private Banking* em Portugal registado um aumento significativo de clientes referenciados pelo Banco Santander Brasil, dando seguimento a uma oferta global de valor única, apenas ao alcance de bancos internacionais como o Banco Santander. Assim, o primeiro semestre de 2019 foi caracterizado pela evolução positiva no que diz respeito à captação de novos clientes, com o *Private Banking* a superar os objetivos traçados para o período.

Numa altura em que o “Digital” é uma realidade cada vez mais presente na vida dos clientes e na forma como se relacionam com o seu banco, a percentagem de clientes digitais representa já 45% dos clientes ativos. De forma a acompanhar esta evolução, o *Private Banking* mantém uma equipa de transformação digital, com o objetivo de procurar e desenvolver as melhores soluções tecnológicas para os clientes.

Empresas

O Banco Santander em Portugal mantém, em 2019, o foco no apoio ao setor empresarial, através de uma ampla oferta financeira, assim como não financeira, a qual visa reforçar a capacitação das empresas, tornando cada vez mais global e próxima a relação com os clientes.

O programa **Santander Advance Empresas** é uma oferta única e de destaque no mercado, com várias soluções não financeiras ao

dispor das empresas e empresários, as quais promovem a empregabilidade de jovens, a formação contínua dos seus quadros e colaboradores, o apoio à internacionalização e o reforço de presença na área do Digital.

No âmbito do programa de bolsas de estágio foram atribuídos, no primeiro semestre, 128 novos estágios em ambiente empresarial, constituindo este programa uma verdadeira plataforma de acesso ao mercado de trabalho para os alunos finalistas de cursos universitários.



Em relação à formação presencial, através da "Academia Advance de Gestão", a oferta foi mais direcionada para *clusters* de negócio específicos: Agroalimentar, Turismo e Economia Social. Assim, neste semestre, para além do programa de Gestão Empresarial, realizado no Porto e

que já vai na sua 12ª edição, foram realizados 6 programas de gestão sectoriais, dois ligados ao sector da Economia Social (Lisboa e Porto), dois ao sector Agro (Lisboa e Açores) e dois ao sector Turismo (Madeira e Algarve). Estas ações envolveram mais de 200 empresas ou instituições, contribuindo para o reforço da sua competitividade, ao melhorar as competências dos seus quadros e colaboradores.

A formação *online* que complementa a formação presencial permite, em parceria com duas entidades certificadas, o acesso gratuito a formação interativa de referência. Através destas plataformas o Banco disponibiliza mais de 20 cursos em áreas diversas.

Durante este semestre foram ainda realizadas duas **BOX – Santander Empresas**, uma em Leiria e outra, pela primeira vez, na Madeira. Estas iniciativas consolidam a política de proximidade do Banco com as empresas, organismos, associações locais e universidades, através da troca de experiências, opiniões e partilha de conhecimento com todos os participantes.

Este conjunto de iniciativas e todo o **programa Santander Advance Empresas**, que engloba as Soluções Não Financeiras Santander Empresas, encontram-se disponíveis no *website* Santander Advance, que conta já com mais de 9 mil empresas registadas.

O Banco mantém o seu foco no apoio às empresas através das mais adequadas soluções, tanto ao nível de prazos, como de preço, sendo o crédito protocolo uma das suas apostas. Este compromisso é visível através da liderança em vários meses de 2019, no número de operações e montantes enquadrados junto das Sociedades de Garantia Mútua, para apoio a projetos de investimento ou financiamento de tesouraria, nos mais variados sectores económicos.

Também na linha IFRRU 2020, o Banco prossegue a sua estratégia de apoio a inúmeros projetos de reabilitação urbana,

tanto de clientes empresariais, como individuais, assumindo a gestão da maior linha do mercado.

Durante o primeiro semestre de 2019, o Santander em Portugal manteve o seu posicionamento no Negócio Internacional, sendo o parceiro financeiro das empresas portuguesas, quer nos seus processos de exportação e importação, quer de internacionalização e no posicionamento em diferentes mercados externos.

As ferramentas de apoio ao Negócio Internacional, tais como o portal Santander Trade, o Clube Santander e o *International Desk*, têm possibilitado um crescimento consistente de número de clientes, operações, volumes e produto bancário na operativa de negócio internacional, sendo de especial relevo o crescimento de comissões em *cash* e *trade*.

O Banco continua a apoiar a gestão de tesouraria das empresas, ao nível das maiores empresas portuguesas como também com uma presença reforçada junto das PME's, acompanhando os clientes com soluções adaptadas aos seus negócios e no apoio à abertura de novos mercados, o que permitiu uma boa evolução das produções de *factoring* e *confirming*, num contexto de solicitações cada vez mais exigentes pelas empresas.

Promotores e Mediadores

O início do ano ficou desde logo marcado pela entrada em vigor do DL n.º 122/2018, publicado a 28 de dezembro de 2018, que permitiu aos parceiros do Banco, que desenvolviam a atividade de intermediários de crédito e tivessem apresentado pedido de autorização junto do BdP até 31 de dezembro de 2018, continuar a exercer essa atividade até 31 de julho de 2019.

Esta alteração permitiu acautelar a contagem do prazo de decisão do BdP previsto no regime jurídico dos intermediários de crédito aprovado pelo DL n.º 81-C/2017 sem disrupção da relação comercial entre o Banco e os seus parceiros intermediários de crédito, com reflexo positivo na angariação de novas operações de crédito habitação.

Paralelamente à implementação deste processo de transição para o novo enquadramento legal, o Banco manteve uma grande proximidade com os seus parceiros estratégicos, marcada pela presença ativa nas convenções das grandes redes imobiliárias a operar em Portugal, garantindo assim o apoio e colaboração não só às empresas que gerem estas redes, como também a cada um dos seus franchisados.

Tendo em consideração a conjuntura de mercado e as prioridades estratégicas do Banco, no primeiro semestre foram introduzidas igualmente alterações no modelo de negócios dos promotores externos, focando a atuação destes essencialmente na captação de novos clientes e na captação de operações de crédito habitação, crédito pessoal e crédito a clientes do segmento de negócios.

Cross-Segment

O *Cross-Segment* foi, no primeiro semestre de 2019, uma das principais alavancas para captação de clientes.

Como principais fatores de captação destacam-se:

- As parcerias comerciais celebradas através de protocolos coletivos, nas quais o Banco concede condições financeiras e não financeiras vantajosas para os colaboradores de cada empresa;
- A dimensão e a universalidade do Banco, que oferece soluções atrativas para clientes dos diferentes segmentos, sejam eles empresas ou particulares;
- A disponibilização de soluções digitais que permitiram divulgar as soluções disponíveis para cada segmento.

A articulação entre as redes comerciais do Banco foi fundamental para a captação de clientes particulares e empresas, permitindo aumentar sua vinculação e transacionalidade.

Banca Institucional

O Banco Santander em Portugal mantém a sua aposta no segmento de clientes institucionais, tanto na vertente das entidades públicas, com uma presença forte junto das Regiões Autónomas e dos Municípios, como ao nível das entidades privadas, com especial enfoque no desenvolvimento de soluções destinadas às instituições que atuam na Área da Economia Social.

Fruto desta estratégia, o segmento têm vindo a manter um bom desempenho, em especial na captação de recursos.

Omnicanalidade

No primeiro semestre de 2019, o Banco Santander manteve a tendência de aumento de utilizadores das plataformas digitais, atingindo uma taxa de penetração de 45% sobre clientes ativos.

Durante este semestre, o Banco prosseguiu o seu plano de inovação e transformação digital através do lançamento de novas funcionalidades nas plataformas digitais.

Canais Digitais para Particulares



No âmbito da implementação da Diretiva dos Serviços de Pagamentos PSD2, foram integradas no **Santander Netbanco**, novas funcionalidades que permitem aos clientes adicionar contas de outros bancos para consultar saldos e movimentos ou mesmo efetuar transferências a partir dessas contas.



Na **App Santander**, entre as principais novidades, foi disponibilizada aos clientes a possibilidade de alterar

as condições dos seus cartões de crédito e a de efetuar transferências MBWay.

Em comum aos dois canais foi melhorada a experiência do cliente ao nível das funcionalidades associadas à concessão de crédito pessoal "CrediSimples", nomeadamente uma simulação mais simples, a possibilidade de contratação imediata do crédito caso o cliente reúna determinadas condições e a contratação dos seguros associados.

Foram também implementados novos benefícios na oferta do Mundo 123 e foram criados pacotes mensais de transferências imediatas. O cliente também já pode receber um novo PIN dos cartões Santander através de SMS, ou emitir um comprovativo de IBAN das suas contas.

Canais Digitais para Negócios



No **Santander Netbanco** foi disponibilizado o CrediSimples Negócios em que, de forma inédita no Sistema Bancário Português, é concedido crédito imediato até 50.000 euros às Empresas que reúnam condições.

As funcionalidades de débito direto ao devedor passaram a estar disponíveis 24 horas por dia, e foram melhoradas as funcionalidades de parametrizações, pagamentos e cobranças. Também já é possível criar operações pendentes sem necessidade de autenticação.

Ainda no âmbito da diretiva de pagamentos PSD2, passou a existir a possibilidade de adicionar contas de outros bancos, para consulta de saldos e movimentos e efetuar transferências a partir dessas contas.

Na **APP Empresas** foi implementada a possibilidade de assinatura de pedidos de créditos documentários de importação diretamente a partir da APP.



Foram também disponibilizadas outras funcionalidades como a de consulta, utilização e amortização de contas caucionadas e agendamento de transferências imediatas, e foi criada a possibilidade de contratação de pacotes de transferências imediatas.

Contact Center



O Banco foi distinguido pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* (APCC) por ter a melhor operação do setor da banca.

Têm vindo a ser implementadas iniciativas que contribuem para a melhoria da experiência de cliente, ao nível de processos, formação de assistentes e melhoria tecnológica do *Contact Center*.

Atividade Internacional – residentes no estrangeiro

O segmento de clientes residentes no estrangeiro é composto por dois subsegmentos: (i) clientes particulares portugueses residentes no estrangeiro; e (ii) clientes particulares estrangeiros residentes em Portugal com o estatuto de residentes não habituais.

A área de clientes residentes no estrangeiro tem como principal função apoiar as redes comerciais de particulares e negócios do Banco na criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, através da sua rede de escritórios de representação presente em 7 países (África do Sul, Alemanha, Canadá, França, Reino Unido, Suíça e Venezuela) bem como na promoção e na captação de clientes e negócio em estrangeiros que escolhem Portugal para investir e estabelecer a sua residência não habitual.

Mantendo a sua estratégia de proximidade e forte ligação às comunidades portuguesas nas diversas geografias onde possui



Portugueses Residentes no Estrangeiro

Há um país que espera por si e um banco que o acompanha

escritórios de representação, o Banco Santander em Portugal tem vindo a reforçar a sua posição neste segmento, sendo reconhecido pelos seus clientes como um banco seguro e confiável, facto que se encontra traduzido no aumento das remessas recebidas do exterior, em 2019, bem como na sua

retenção, contribuindo assim para o incremento dos recursos, quando comparado com igual período do ano anterior.

Reconhecendo o interesse crescente de estrangeiros em viver e/ou investir em Portugal, o Banco continua a dar uma atenção especial a este subsegmento, agilizando processos e criando condições para atender às necessidades específicas destes clientes.

Corporate & Investment Banking

O primeiro semestre de 2019 ficou marcado por uma intensa atividade na área de *Corporate & Investment Banking*. Num cenário adverso de manutenção de taxas de juro negativas e elevada pressão sobre os *spreads*, foi reforçado o compromisso junto dos clientes, explorando novas oportunidades de investimento.

Na área de *Global Debt Financing*, foi concluída a primeira emissão privada de dívida, em Portugal, em regime de *Project Finance*. O Santander estruturou e colocou uma emissão de 270 milhões de euros para a Indaqua Feira.

Durante o semestre foram, ainda, concluídas diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores como o sector químico e o sector dos transportes e logística, sendo de salientar a participação no financiamento ao grupo

Finerge, cujo montante foi superior a 700 milhões de euros, e que é hoje considerada a maior operação de financiamento de sempre no sector dos renováveis *onshore* em Portugal.

Destacaram-se também variados financiamentos e refinanciamentos no sector imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências e apartamentos turísticos.

No mercado obrigacionista, é de sublinhar a participação do Banco Santander em Portugal, como *Bookrunner*, na única emissão do ano, para a EDP, com um *bond* híbrido com maturidade a 60 anos e por um montante de mil milhões de euros.

Na área de *Corporate Finance* assistiu-se a uma intensa atividade relacionada com fusões e aquisições, destacando-se a conclusão com sucesso de operações nos sectores de energia e de centros comerciais. O portfólio de operações foi também reforçado, e estão em curso outros processos de assessoria em transações a concluir nos próximos meses.

Na Tesouraria, a área de *Fixed Income & FX* manteve a dinâmica positiva de crescimento que vem relevando nos últimos trimestres. O lançamento da nova plataforma digital de contratação de câmbios (via NetBanco Empresas) e o aumento do número de operações de taxa de juro foram os dois alicerces do crescimento da atividade.

No produto de taxa de juro, tem sido reforçada a proximidade do Banco, junto dos seus clientes, com oferta de alternativas de modalidades de crédito que melhor se adequam às expectativas dos clientes relativamente à performance expectável dos mercados de taxa de juro para os próximos anos. Este acompanhamento resultou num aumento do número de operações de crédito formalizadas com taxa fixa, tendo-se atingido, no primeiro semestre, o maior número de operações de crédito com taxa fixa desde que o Banco disponibiliza este tipo de instrumento de gestão de risco.

Na área cambial, a nova plataforma de contratação de câmbios do Banco Santander, lançada no início do ano, permitiu alargar os canais de contratação ao dispor dos clientes. Atualmente, 50 empresas clientes do Banco recorrem diariamente a esta facilidade de negociação cambial para contratarem as suas operações, sendo expectável que até final do ano seja possível disponibilizar esta alternativa para todos os clientes Empresa.

O efeito do lançamento da plataforma de contratação de câmbios associado ao esforço conjunto entre a área de Tesouraria e as redes comerciais no acompanhamento das necessidades de contratação cambial dos clientes, resultou num aumento do número de operações, clientes ativos e nominal contratado face ao período homólogo.

Seguros e fundos de investimento comercializados



Durante o primeiro semestre de 2019, a área de **Seguros de Proteção** deu continuidade à disponibilização de soluções que contribuam para a crescente proteção e segurança dos clientes, nas várias dimensões das suas vidas e das suas empresas, nos vários canais. Dos seguros autónomos comercializados, aproximadamente um terço foi contratado *online*.

Com o principal objetivo de captar novos clientes de seguros, foi desenvolvida uma ação com a atribuição de condições preferenciais na subscrição de um conjunto de produtos – os Produtos Estrela.

Complementarmente, deu-se início a um programa de formação à rede comercial, com o objetivo de reforçar as suas competências na dinâmica comercial de diagnóstico de necessidades dos clientes e apresentação de oferta que satisfaça essas necessidades.



Santander
Proteção 365

Destaca-se ainda a campanha publicitária que decorreu em maio e junho, para clientes particulares, caracterizada por uma forte mensagem associada às necessidades de **proteção 365 (dias) dos clientes e famílias**. 'Todos os dias mais seguros' é a assinatura da campanha que esteve presente na televisão, imprensa e canais digitais, para além dos balcões.

Na área de Seguros Financeiros destaque-se o êxito do PPR 10, que beneficiou de subscrições de cerca de 212 milhões de euros, entre janeiro e abril, tendo-se lançado quatro series no período. Paralelamente manteve-se o foco na gestão ativa dos seguros financeiros abertos, que registaram variações líquidas positivas de cerca de 44 milhões.

A Santander Asset Management (SAM) procurou gerir os seus fundos de investimento mobiliários (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de maximizar o retorno dos seus participantes. O semestre terminou com 2.012 milhões de euros de FIMs sob gestão, representativos de uma quota de mercado de 17,1%.

O Banco continuou a fomentar uma atitude de serviço, com um plano intensivo de iniciativas pós-venda que visam a contínua melhoria na qualidade do serviço e experiência do cliente.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, estes totalizavam 469 milhões de euros em ativos sob gestão, no final de junho de 2019.

Factos relevantes após o termo do exercício

Em 09.09.2019, a Autoridade da Concorrência (AdC) proferiu a decisão final no processo de contraordenação n.º 09/2012, no âmbito do qual vem imputado a 14 instituições bancárias o alegado intercâmbio de informação sensível, não pública, relativa a condições comerciais e valores de produção mensal em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas.

A AdC entendeu que as alegadas condutas seriam violadoras do art.º 9.º, n.º 1 da Lei 19/2012 e do art.º 101.º, n.º 1 do TFUE (restrição da concorrência pelo objeto - presunção de conduta anticoncorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes) e condenou as 14 instituições bancárias em coimas no valor global de € 246,201 milhões.

O Banco Santander Totta foi condenado numa coima no valor global de € 35,65 milhões, dos quais € 0,65 milhões correspondem à coima aplicada ao (ex)Banco Popular Portugal, incorporado por fusão no primeiro no final de 2017.

É intenção do Banco Santander Totta apresentar impugnação judicial da coima que lhe foi aplicada, encontrando-se em prazo para o efeito.

Perspetivas para o segundo semestre de 2019

O atual ciclo económico já mostra sinais de maturidade, para o qual contribui a materialização de alguns fatores de risco, nomeadamente geopolíticos e protecionistas. Por outro lado, ao nível de política monetária, o Banco Central Europeu já informou que iria adiar o ciclo de subidas das taxas de juro de referência, alimentando assim a noção de um período mais longo de taxas de juro baixas.

Na segunda metade de 2019, o Banco Santander em Portugal prosseguirá com o processo de transformação, assente, essencialmente, na i) digitalização e otimização de processos, nomeadamente através de lançamentos contínuos de inovações nos canais digitais e o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes, ii) incrementar as quotas de mercado fortalecendo, entre outras, a nossa posição junto das SMEs, iii) manter um baixo custo do crédito e iv) conservar uma posição de capital sólida e em linha com os novos requisitos regulamentares.

Adicionalmente, o Banco prosseguirá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e o apoio às famílias e empresas, privilegiando a experiência do cliente, com o foco na atribuição da melhor resposta às suas necessidades.

Finalmente, para o Santander em Portugal, ser um Banco Responsável significa impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações, apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente. Por sua vez, traduz-se na promoção do consumo sustentável, através de produtos como o Fundo Santander Sustentável e do financiamento de energias renováveis e tecnologias verdes, apoiando assim a transição para a economia de baixo carbono.

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada



Resultado líquido

239,8 milhões de euros (+1,7%)

Destaques no 1º semestre de 2019

- Apoio a 96 Associações, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, com um impacto em mais de 19.000 pessoas beneficiadas.
- O lançamento da oferta digital CrediSimples Negócios (crédito a empresas) permitiu o aumento da produção em 32% (YoY)
- Redução em 5 p.p. do rácio de transformação, em grande medida, pelo crescimento dos depósitos de clientes (+3,4% YoY)
- O aumento do resultado reflete o crescimento das receitas, o decréscimo dos custos através da contínua otimização da estrutura e um baixo custo do crédito.

No final de junho de 2019, o Banco Santander em Portugal alcançou um resultado líquido de 239,8 milhões de euros, 1,7% acima do valor registado no período homólogo.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) atingiu 13,5% e o rácio de eficiência situou-se em 44,5%, em consequência do crescimento de 5,5% do produto bancário e da descida de 4,0% dos custos operacionais.

O crédito a clientes bruto totalizou 40,7 mil milhões de euros, diminuindo 2,0% em relação ao valor registado no período homólogo, influenciado pela alienação de carteiras não produtivas. Caso se exclua este efeito, o crédito a clientes teria estabilizado. O crédito a particulares cresceu 0,3% e o crédito a empresas diminuiu 4,0%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* atingiu 3,3%, com uma cobertura por provisões de 53,3%.

Os recursos de clientes ascenderam a 42,6 mil milhões de euros, apresentando uma taxa de variação anual de 3,7%, com uma subida de 3,4% em depósitos e de 5,3% em recursos fora de balanço.

O rácio *Common Equity Tier 1 (fully implemented)* alcançou 16,5% acima do requisito mínimo exigido pelo Banco Central Europeu ao abrigo do SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*.

A reserva de ativos disponíveis para obtenção imediata de liquidez atingiu 10 mil milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2019.

O financiamento de longo prazo obtido junto do Eurosistema, continuou estável em 3,1 mil milhões de euros. A exposição líquida junto do Banco Central Europeu (tomadas deduzidas das

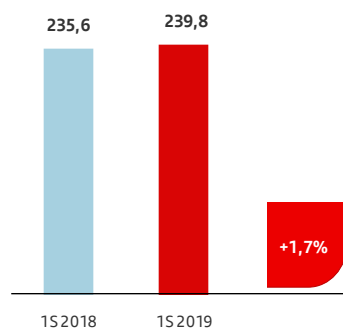
aplicações junto desta instituição) situou-se em 0,9 mil milhões de euros, terminado o primeiro semestre de 2019. Por sua vez, o financiamento de curto prazo alcançado através de *Repos*, atingiu 2,2 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV situou-se em 151%, cumprindo a exigência regulamentar em base *fully implemented*.

A agência Standard & Poor's subiu, no mês de março de 2019, o *rating* do Banco Santander em Portugal, para BBB na dívida de longo prazo e para A-2 na dívida de curto prazo. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com os níveis da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa3 (Portugal – Baa3); S&P – BBB (Portugal – BBB); e DBRS – A (Portugal – BBB).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BST

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	1S 2019	1S 2018	Var.
Margem financeira	426,2	445,0	-4,2%
Rendimento de instrumentos de capital	1,6	1,2	+32,8%
Comissões líquidas	195,0	186,7	+4,4%
Outros resultados de exploração	(25,5)	(19,5)	+30,9%
Margem comercial	597,4	613,5	-2,6%
Resultados em operações financeiras	72,8	21,5	+238,4%
Produto bancário	670,2	635,1	+5,5%
Custos operacionais	(298,1)	(310,7)	-4,0%
Custos com o pessoal	(172,3)	(176,4)	-2,3%
Gastos gerais administrativos	(101,6)	(113,6)	-10,5%
Depreciações e amortizações	(24,2)	(20,7)	+17,1%
Resultado de exploração	372,0	324,4	+14,7%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados*	10,0	13,7	-27,1%
Resultados de associadas	0,4	2,3	-82,5%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*	382,4	340,4	+12,3%
Impostos*	(142,7)	(125,0)	+14,1%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam*	239,8	215,4	+11,3%
Interesses que não controlam	0,0	0,2	-100,0%
Resultados líquidos não recorrentes	0,0	20,1	-100,0%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	239,8	235,6	+1,7%

* Exclui resultados não recorrentes

A margem financeira atingiu 426,2 milhões de euros, apresentando uma variação -4,2%, em relação a junho de 2018. A evolução da margem financeira foi condicionada pela conjuntura de taxas de juro, num enquadramento competitivo e uma procura moderada de crédito por parte dos agentes económicos.

As comissões líquidas ascenderam a 195,0 milhões de euros, representativo de um crescimento de 4,4% face ao mesmo período de 2018. Este comportamento traduziu os proveitos superiores obtidos no comissionamento de gestão e manutenção associadas a contas, meios de pagamento, seguros e crédito.

Os outros resultados de exploração situaram-se em -25,5 milhões de euros, influenciados pelo registo de custos regulatórios do exercício de 2019 de 32,6 milhões de euros relacionados com a contribuição do Banco para o Fundo de Resolução (20,3 milhões de euros para o Fundo Único de

Resolução e 12,3 milhões de euros para o Fundo de Resolução Nacional).

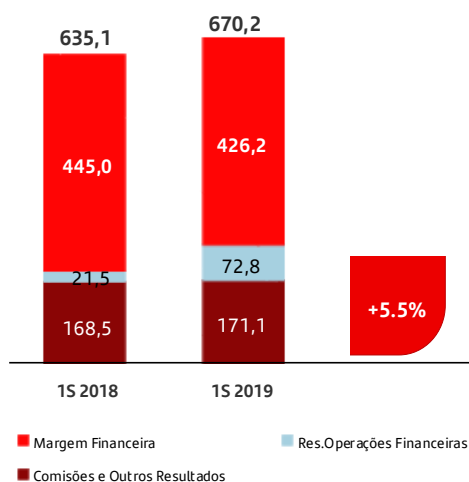
A margem comercial totalizou 597,4 milhões de euros, 2,6% abaixo face ao valor registado um ano antes.

Os resultados em operações financeiras alcançaram 72,8 milhões de euros, um acréscimo de 238,4% face ao montante observado no semestre homólogo do ano anterior, revelando os ganhos provenientes da gestão da carteira de obrigações, especialmente de dívida pública, e de operações dos derivados de cobertura do risco de taxa de juro.

O produto bancário ascendeu a 670,2 milhões de euros, aumentando 5,5% face ao valor verificado no período homólogo de 2018, salientando-se para esta evolução os contributos favoráveis dos resultados em operações financeiras e das comissões líquidas.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais atingiram 298,1 milhões de euros, reduzindo 4,0%, face ao período homólogo.

Os custos com o pessoal cifraram-se em 172,3 milhões de euros, diminuindo 2,3% em termos homólogos, reflexo da reestruturação da estrutura organizacional, com a redução de 355 colaboradores.

Os gastos gerais administrativos totalizaram 101,6 milhões de euros, decrescendo 10,5% em termos homólogos, em consonância com o redimensionamento da rede de distribuição, no âmbito da transformação comercial e da

digitalização, com 119 postos de atendimento encerrados no último ano.

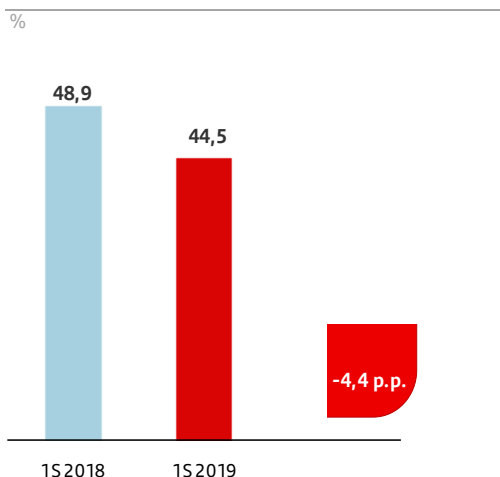
As depreciações e amortizações ascenderam a 24,2 milhões de euros, aumentando 17,1%, em relação ao final de junho de 2018, influenciados pela adoção da norma internacional de informação financeira IFRS16, com efeito desde 1 de janeiro de 2019.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)	1S 2019	1S 2018	Var.
Custos com o pessoal	(172,3)	(176,4)	-2,3%
Gastos gerais administrativos	(101,6)	(113,6)	-10,5%
Depreciações e amortizações	(24,2)	(20,7)	+17,1%
Custos operacionais	(298,1)	(310,7)	-4,0%
Rácio de eficiência	44,5%	48,9%	-4,4 p.p.

A eficiência operacional evoluiu favoravelmente, com o rácio de eficiência a atingir 44,5%, representando uma melhoria de 4,4 pontos percentuais, em comparação com 48,9% apurados

um ano antes, resultando do crescimento de 5,5% do produto bancário e da diminuição de 4,0% dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O resultado de exploração alcançou 372,0 milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 14,7%.

No período entre janeiro e junho de 2019, foram registadas imparidades e provisões líquidas no valor negativo de 0,2 milhões de euros, refletindo reduzidas entradas em incumprimento, recuperações de crédito vencido e mais-valias realizadas na alienação de crédito não produtivo. O custo do crédito, indicador de imparidades para crédito em percentagem do saldo médio da carteira de crédito, situou-se -0,1% em junho de 2019, afirmando a qualidade dos ativos e a respetiva cobertura.

Os resultados de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial situaram-se em 0,4 milhões de euros, representando um decréscimo de -82,5%, quando comparado com o valor do primeiro semestre de 2018.

Os resultados de ativos não correntes detidos para venda totalizaram 10,2 milhões de euros, um forte aumento, face aos 3,8 milhões de euros apurados um ano antes, decorrente de operações de gestão de carteiras de ativos imobiliários.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam (excluindo resultados não recorrentes) atingiu 382,4 milhões de euros, o que equivale a uma subida de 12,3% em comparação com o primeiro semestre de 2018.

Os impostos (excluindo resultados não recorrentes) cifraram-se em 142,7 milhões de euros, um aumento homólogo de 14,1%. Os impostos incluem a contribuição especial sobre o setor bancário que totalizou 28,3 milhões de euros no exercício de 2019 (22,7 milhões de euros no ano anterior).

A conta de resultados do primeiro semestre de 2018 incluiu resultados não recorrentes no valor de 20,1 milhões de euros.

Finalizado o primeiro semestre de 2019, o Banco Santander em Portugal alcançou um resultado líquido de 239,8 milhões de euros, equivalendo a um crescimento de 1,7% em comparação com o período homólogo.

Balanco e Atividade

No final de junho de 2019, o volume de negócio ascendeu a 83,3 mil milhões de euros, crescendo 0,8% em relação ao período homólogo, traduzindo o aumento de 3,7% dos

recursos de clientes, que compensou a descida de 2,0% do crédito.

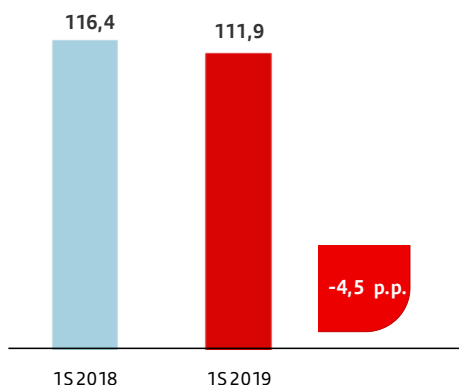
VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	1S 2019	1S 2018	Var.
Volume de Negócio	83.305	82.614	+0,8%
Crédito a clientes (bruto)	40.715	41.542	-2,0%
Recursos de Clientes	42.591	41.072	+3,7%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 111,9% em junho de 2019, menos 4,5 pontos percentuais, em relação aos 116,4% observados no final do primeiro semestre de 2018, influenciado pelo

crescimento dos depósitos, apesar das taxas de juro apresentarem valores mínimos históricos, e pelo decréscimo do crédito.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (Rácio de transformação)

%



No final de junho de 2019, a carteira de crédito a clientes (bruto) cifrou-se em 40,7 mil milhões de euros, diminuindo 2,0%, em relação ao período homólogo do ano anterior, com influência da gestão de exposições não produtivas através de alienações e de write offs da carteira de crédito. Caso se exclua

o efeito destas operações, a carteira de crédito a clientes teria estabilizado em comparação com o valor registado em junho de 2018.

CRÉDITO (milhões de euros)

	1S 2019	1S 2018	Var.
Crédito a clientes (bruto)	40.715	41.542	-2,0%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	21.603	21.546	+0,3%
<i>do qual</i>			
Habituação	19.535	19.268	+1,4%
Consumo	1.626	1.617	+0,5%
Crédito a empresas	18.286	19.055	-4,0%

Nota: O crédito a empresas inclui créditos a institucionais e administrações públicas

O crédito a particulares atingiu 21,6 mil milhões de euros, com uma subida homóloga de 0,3%, transversal nas suas principais componentes: 1,4% no crédito à habitação para 19,5 mil milhões de euros, influenciado pela dinâmica do mercado imobiliário português, e 0,5% no crédito consumo para 1,6 mil milhões de euros, impulsionado pelo crédito pessoal concedido através de canais digitais. Na produção de crédito pessoal, destaca-se a solução digital CrediSimples.

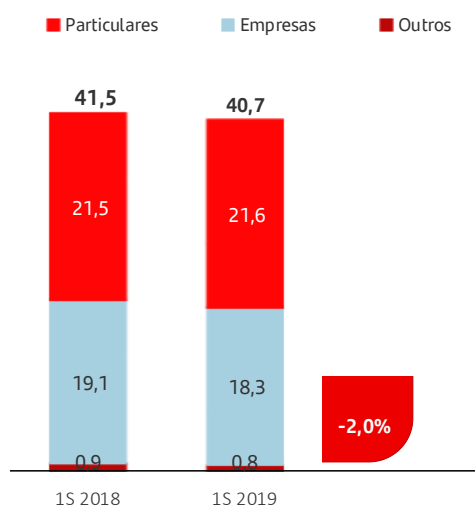
O crédito a empresas situou-se em 18,3 mil milhões de euros, equivalendo a uma descida homóloga de 4,0%, influenciada pela venda de carteiras de crédito não produtivas, e pela procura moderada dos agentes económicos. Destaca-se a

dinâmica da atividade comercial, refletindo o apoio concedido ao tecido empresarial nacional, com o aumento da nova produção. Salienta-se o lançamento da oferta digital CrediSimples Negócios que permite aos clientes a imediata contratação de crédito *online*. No crédito protocolado, o Banco Santander disponibiliza várias soluções, através das Linhas Capitalizar e Capitalizar Mais, e apoia a reabilitação urbana, na linha IFRRU 2020.

Na estrutura do crédito a clientes, a carteira de particulares e de empresas representa 53% e 45%, respetivamente, do total do crédito.

CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



A qualidade dos ativos prosseguiu a tendência de melhoria com o rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA, a atingir 3,3%, em junho de 2019, traduzindo um decréscimo de 1,6 pontos percentuais, face ao

primeiro semestre do ano anterior, com uma cobertura por imparidades de 53,3%.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	1S 2019	1S 2018	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	3,3%	4,9%	-1,6 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	53,3%	54,6%	-1,3 p.p.
Custo do crédito	(0,1%)	(0,0%)	-0,1 p.p.

No final do primeiro semestre de 2019, os recursos de clientes ascenderam a 42,6 mil milhões de euros, crescendo 3,7%, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

RECURSOS (milhões de euros)

	1S 2019	1S 2018	Var.
Recursos de clientes	42.591	41.072	+3,7%
Recursos de balanço	35.577	34.413	+3,4%
Depósitos	35.577	34.413	+3,4%
Recursos fora de balanço	7.014	6.658	+5,3%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	2.809	2.702	+4,0%
Seguros e outros recursos	4.204	3.957	+6,3%

Os depósitos alcançaram 35,6 mil milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 3,4% em relação ao valor observado no final de junho de 2018, representando 84% do total dos recursos e refletindo a atividade da rede comercial e a

confiança dos clientes no Banco, num enquadramento de taxas de juro com valores em mínimos históricos.

Os recursos de clientes fora de balanço atingiram 7,0 mil milhões de euros, subindo 5,3% em relação ao valor registado em junho de 2018. Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco Santander de 2,8 mil milhões de euros progrediram 4,0% no último ano, decorrente da diversificação das aplicações dos clientes, num

enquadramento de recuperação dos mercados financeiros ocorrida no primeiro semestre do ano. Os seguros e outros recursos (4,2 mil milhões de euros) tiveram um comportamento positivo, ao aumentarem a captação em 6,3%, em comparação ao valor apurado no período homólogo.

Rácios de Solvabilidade

No final do primeiro semestre de 2019, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) atingiu 16,5% (*fully implemented*), cumprindo todos os rácios de capital exigidos pelo Banco Central Europeu no âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*), com um incremento de 3,9 pontos percentuais em relação ao final de junho de 2018.

CAPITAL (milhões de euros)	1S 2019	1S 2018	Var.
Common Equity Tier 1	3.095	2.750	12,6%
Tier 1	3.095	2.750	+12,6%
Capital (total)	3.491	2.796	+24,9%
Risk Weighted Assets (RWA)	18.765	21.855	-14,1%
Rácio CET 1	16,5%	12,6%	+3,9 p.p.
Rácio Tier 1	16,5%	12,6%	+3,9 p.p.
Rácio capital (total)	18,6%	12,8%	+5,8 p.p.

Introdução

Para o Santander em Portugal, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência por parte dos mercados financeiros.

A criação e implementação do programa Risk Pro, operacionalizado pela implementação de uma cultura de riscos corporativamente divulgada e que hoje está presente em toda a atividade, reforça esses princípios ao nível de toda a estrutura do Banco, influenciando decisivamente a forma como se realizam todos os processos, tendo em conta não só o meio envolvente mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada um demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrenta.

O programa Risk Pro foi implementado para envolver todos os colaboradores do Banco na gestão de riscos, sendo que a cultura Risk Pro abrange um conjunto de comportamentos e condutas que cada um deve desenvolver no dia-a-dia para uma gestão proativa dos diversos riscos.

Risco de Crédito

No primeiro semestre de 2019, a atividade da área de Risco de Crédito manteve como vetores principais os seguintes aspetos:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados manteve-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta atuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido controlados e a níveis aceitáveis. Intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão, ou previsivelmente venham a ser, afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de crédito vencido e morosidade;
- Foram mantidas reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco, para a deteção antecipada de alertas nas carteiras de crédito;
- O Banco continua a rever, a desenvolver e aplicar medidas de melhorias na gestão do processo de admissão de novos créditos, com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que estes nos apresentam novas oportunidades de concessão de crédito;
- Nos riscos standardizados (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de

reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros;

- Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Com o objetivo de manter o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para o segmento de Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico, agora menos adverso, onde os rácios de crédito vencido são ainda importantes mas menos significativos, manteve-se um forte enfoque ao nível da atividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva com um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;
- Prosseguiu a vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo "stressar" o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão e a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos riscos do Banco;
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes standardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de risco especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

O Banco utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e banca maiorista global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de

clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos estandardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações. O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II) reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de

incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portfólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimativa da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas quando se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegação de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, entre outros).

Ao nível dos riscos estandardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pelas áreas de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander em Portugal. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito e a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada com base na segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander em Portugal é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A área de Recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares e Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, está dividida nas seguintes fases: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “Repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado (IRIS) que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2019 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma ligeira diminuição, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. Contrataram-se novas operações de taxa de câmbio, contudo o valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros desceu ainda que de forma pouco significativa.

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e no *repricing* dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de *repricing*. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

São, também, calculados outros indicadores de risco, como o valor em risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições atuais de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 151% em 30/06/2019.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Enquadramento

No primeiro semestre de 2019, deu-se continuidade ao reforço da posição sólida de liquidez, com um aumento de cerca de 1,6 mil milhões de euros de depósitos de clientes, redução da exposição ao Eurosistema para níveis abaixo de 1,0 mil milhões de euros e aumento da almofada de liquidez igualmente em cerca de 1,0 mil milhões de euros, para um total de 10 mil milhões de euros.

Reserva de Liquidez

O Santander em Portugal tem por política maximizar a almofada de liquidez disponível para fazer face a eventos adversos de liquidez. No primeiro semestre de 2019 a reserva de liquidez aumentou cerca de 1,0 mil milhões de euros. Além de medidas ativas de geração de ativos elegíveis, a redução do gap comercial e consequente redução de necessidades de liquidez, permitiram atingir um total de 10 mil milhões de euros de reserva de liquidez disponível para fazer face a quaisquer eventos inesperados com impacto na situação de liquidez do Banco.

Funding

Durante o primeiro semestre de 2019, registou-se uma redução progressiva do gap comercial sobretudo por via do aumento da base de depósitos de clientes, fechando-se o ano com um rácio de crédito-depósitos de 112%, face aos 116% de fecho de 2018.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu manteve-se exclusivamente em operações de longo prazo: 3,1 mil milhões de euros de TLTROs. O reforço da base de depósitos de clientes permitiu uma redução da exposição líquida ao Eurosistema, situando-se no final do primeiro semestre de 2019 em cerca de 0,9 mil milhões de euros.

Manteve-se a política de diversificação de fontes e prazos relativo a financiamento de curto-prazo, bem como a diversificação de colateral alocado em operações com acordo de recompra obtidas junto de instituições financeiras.

Em termos de financiamento de longo prazo, além dos 3,1 mil milhões de euros junto do BCE, o Santander em Portugal termina o primeiro semestre de 2019 com cerca de 0,8 mil milhões de euros de titularizações, 0,9 mil milhões de euros de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento com vista ao financiamento de projetos estruturantes da economia Portuguesa e ainda 2,75 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias.

Risco de Taxa de Juro

A atividade comercial de concessão de crédito e angariação de depósitos gera uma exposição naturalmente positiva ao risco de taxa de juro. Esta posição estrutural resulta sobretudo do facto de tradicionalmente o crédito concedido em Portugal ser praticamente todo indexado a taxas de mercado (Euribor) por oposição a uma base de depósitos (à vista) com uma duração média próxima dos 5 anos. Esta assimetria gera um diferencial de reapreciação entre ativo e passivo resultando numa sensibilidade positiva ao risco de taxa de juro.

O Banco tem por política minimizar este risco estrutural de balanço, utilizando para o efeito a manutenção de uma carteira estrutural de títulos a taxa fixa (ativos de alta qualidade de liquidez, sobretudo dívida soberana), bem como posições de derivados de cobertura de risco de taxa de juro. Estas posições visam contrariar a posição estrutural resultante da atividade comercial e alinhar o posicionamento em matéria de risco de taxa de juro com as perspetivas de evolução de mercado.

Risco de Mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander em Portugal opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de balanço:** riscos decorrentes da atividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

Metodologias

Atividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2019, no âmbito do Banco Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os

acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Adicionalmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

É efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóradicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

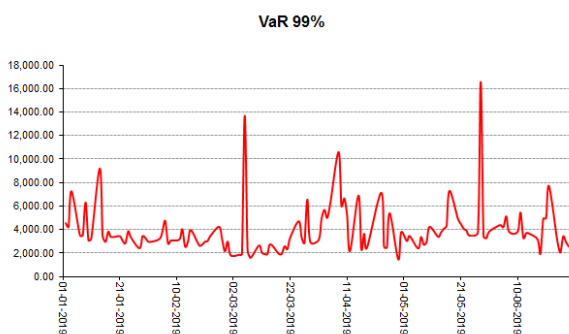
Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados

durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR ao longo do ano

A evolução do risco relativo à atividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2019, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 1 mil euros e os 16,5 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander em Portugal define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente por pessoas e/ou sistemas, entre outros, ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais no seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do Banco é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas através de uma abordagem uniforme e integrada de gestão para todas as áreas envolvidas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo método *Standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A função de risco operacional está estruturada em três linhas de defesa. A primeira é constituída por todas as áreas de negócio e de suporte, sendo, assim, responsável por identificar, avaliar, monitorizar, mitigar e comunicar este risco.

A segunda linha de defesa é responsável por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes variáveis e avaliar se o mesmo é administrado de acordo com o nível de tolerância estabelecido pela alta administração do Grupo. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna que, como último elemento de controlo, deve avaliar periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados garantindo que sejam efetivamente implementados na gestão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de risco operacional, do orçamento e do seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, entre outros) e o sector bancário;

- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e nível de controlo para a Administração e Áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;
- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita,
- Facilita o estabelecimento de limites de apetência de risco operacional.

Para levar a cabo a identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidas técnicas e instrumentos de carácter quantitativo e qualitativo, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma valoração através da medição e avaliação de cada área.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo é a captura da totalidade de eventos de risco operacional, quer tenham impactos contabilísticos ou não. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados externa que proporcionam informação quantitativa e qualitativa permitindo uma análise mais detalhada e estruturada de eventos relevantes que ocorreram no sector;
- Análise de cenários, em que se obtém a opinião das diversas linhas de negócio, gestores de riscos e de controlos, com o objetivo de identificar eventos potenciais de baixa probabilidade de ocorrência e com uma elevada perda para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identifica-se

controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que reduzam um possível impacto elevado para a instituição.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos ligados a perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional – RCA (*Risk Control Self Assessment*), cujo objetivo principal é identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar medidas de mitigação no caso em que os níveis de risco não sejam aceitáveis;
- Indicadores, que são estatísticas ou parâmetros, que proporcionam informação sobre a exposição ao risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente, de forma a estarem ajustados à realidade;
- Recomendações de auditorias e reguladores proporcionam informação relevante sobre o risco, permitindo a identificação de debilidades e controlos.

Existem em complemento, diversos instrumentos que asseguram um sólido ambiente de controlo, através de políticas, processos e sistemas, controlos internos adequados, medidas de mitigação e estratégias de transferência apropriadas, nomeadamente:

- Ações corretivas;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

Através da implementação de um programa de gestão avançada de risco operacional, o Banco teve como objetivo impulsionar o envolvimento dos colaboradores, a conscientização dos mesmos, e o seu senso de responsabilidade e motivação, bem como melhorar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre colaboradores do banco em todos os níveis da organização para alcançar um objetivo comum, ou seja, elevar o nível de gestão de risco operacional e da cultura. Todas essas ações contribuíram para uma monitorização e avaliação mais eficientes do perfil de risco operacional, proporcionando, portanto, bases sólidas para as decisões de negócios

O Banco dispõe de uma ferramenta para a gestão do risco operacional, que é comum a diversas áreas de controlo, maximizando sinergias entre as áreas e permitindo a utilização de metodologias comuns para avaliação dos riscos, nomeadamente alinhar a base de dados de riscos com os eventos identificados, controlo interno e respetivos planos de ação.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas dos riscos de cumprimento e reputacional têm por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, o Banco tem estruturada uma função de cumprimento corporizada na área de Cumprimento e Conduta, área de primeira linha na hierarquia do Banco e a quem, especialmente, está atribuída a competência funcional de gestão dos riscos de cumprimento e reputacional.

Neste contexto, o Banco dispõe igualmente de um Modelo de Risco Reputacional, construído em consonância com o modelo corporativo homólogo, ao abrigo do qual, com o envolvimento das áreas consideradas mais relevantes, é assegurada a gestão do risco e acompanhados e avaliados os temas e ocorrências de impacto eventualmente mais significativo.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, as políticas globais relativas aos riscos de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Políticas de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente;
- Políticas de defesa corporativa;
- Políticas de financiamento para sectores sensíveis.

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander em Portugal desenvolve a sua atividade seguindo políticas e critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica dedicada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Conduta, as equipas estão formadas nesta matéria e são regularmente atualizadas a fim de identificar e monitorizar as situações de eventual risco, efetuando de imediato as comunicações julgadas apropriadas aos órgãos competentes.

Do mesmo modo, o Banco utiliza ferramentas informáticas para acompanhar a operativa dos clientes e proceder à respetiva segmentação em função do potencial risco, aplicando medidas de diligência reforçada sempre que se justifique, e satisfazendo os demais imperativos legais e regulamentares pertinentes.

Anualmente o sistema é objeto de auditoria.

O Banco elaborou o Relatório de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2019, relativo à atividade nestas matérias no 2º semestre de 2018 e no ano de 2019,

tendo-o remetido ao Banco de Portugal, uma vez aprovado pelo Conselho de Administração com parecer prévio da Comissão de Auditoria.

Estrutura Acionista

Acionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,16%

Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 31 de Maio de 2019, o Banco Santander Totta S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco Santander Totta SA. detinha 407.130 ações próprias correspondentes a 0,032% do seu capital social. Durante o primeiro semestre de 2019, o Banco não procedeu à compra de ações próprias.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2019

Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31-12-2018	407.130	5,26	2.139.754	0,032%
Aquisição de ações	-	-	-	-
Alienação de ações	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	407.130	5,26	2.139.754	0,032%

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

"Rendimentos de juros" deduzidos dos "Encargos por juros"

Comissões líquidas

"Rendimentos de serviços e comissões" deduzidos dos "encargos com serviços e comissões"

Margem comercial

Soma da "margem financeira", "rendimentos de instrumentos de capital", "comissões líquidas" e "outros resultados de exploração"

Resultado em operações financeiras

Soma de "Ativos e passivos ao justo valor através de resultados", de "Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", de "reavaliação cambial" e de "Alienação de outros ativos"

Produto bancário

Margem comercial adicionada de resultados em operações financeiras

Custos operacionais

"Custos com pessoal" adicionado de "gastos gerais administrativos" e de "depreciações e amortizações"

Resultado de exploração

Produto bancário subtraído dos custos operacionais

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de "provisões líquidas de anulações", de "imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado", de "imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações" e de "Resultados de ativos não correntes detidos para venda".

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

Resultado de exploração subtraído de imparidades, provisões líquidas e outros resultados e adicionado de "resultados de associadas e outros"

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos

Resultados líquidos não recorrentes

Agrega diversos conceitos distribuídos pelas várias linhas da Demonstração de resultados consolidados dos Banco. Em junho de 2018, inclui valores decorrentes de operações não orgânicas, constantes das rubricas de provisões líquidas de anulações e de impostos, entre outras rubricas menores.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam, deduzido de “interesses que não controlam” e adicionado de resultados líquidos não recorrentes

Rácio de eficiência

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do banco de Portugal

Gap comercial

Diferença entre o “crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” e os “recursos de clientes e outros empréstimos”

Volume de Negócio

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

Crédito a clientes

Corresponde à rubrica de balanço “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado”

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS)

Rácio de non-performing exposure

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais

Custo do crédito

Rácio entre a “imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado” (da demonstração dos resultados) e a média do “crédito a clientes bruto” (do balanço)

Cobertura de non-performing exposure

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE)

Depósitos

Corresponde à rubrica de balanço “Recursos de clientes e outros empréstimos”

Recursos fora de balanço

Soma dos fundos de investimento e seguros comercializados e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS)

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o resultado líquido do exercício (anualizado) e os capitais próprios do início do período

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o resultado líquido e o ativo líquido

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao primeiro semestre do exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários”.

Conselho de Administração

António José Sacadura Vieira Monteiro Presidente	
José Carlos Brito Sítima Vice-Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Vice-Presidente
Amílcar da Silva Lourenço Vogal	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais Vogal
Andreu Plaza Lopez Vogal	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça Vogal
Inês Oom Ferreira de Sousa Vogal	Isabel Cristina da Silva Guerreiro Vogal
Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota Vogal	Manuel António Amaral Franco Preto Vogal
Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque Vogal	Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques Vogal
Miguel Belo de Carvalho Vogal	Remedios Ruiz Macia Vogal

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As contas referentes ao primeiro semestre de 2019 não foram objeto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	30-06-2019		31-12-2018		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2019	31-12-2018
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	2.405.137	-	2.405.137	1.655.730	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	519.166	-	519.166	845.003	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.149.393	1.242.475
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.136.324	-	1.136.324	1.215.956	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	8	164.391	-	164.391	176.878	<i>Recursos de bancos centrais</i>	18	3.043.848	3.050.040
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	6.014.576	3	6.014.573	5.246.157	<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	18	3.782.875	3.539.844
Ativos financeiros ao custo amortizado						<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	18	35.577.037	33.937.757
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	10	833.080	40	833.040	675.031	<i>Responsabilidades representadas por títulos</i>	18	3.768.357	4.611.944
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	10	40.714.911	963.773	39.751.138	39.582.109	<i>Outros passivos financeiros</i>	18	254.097	176.206
Derivados de cobertura	11	91.856	-	91.856	73.464	Derivados de cobertura	11	376.489	90.556
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	41	254.290	-	254.290	56.511	Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	41	3.740	10.399
Investimentos em associadas	12	59.391	1.918	57.473	61.481	Provisões	19	269.171	286.446
Propriedades de investimento	13	290.113	-	290.113	297.625	Passivos por impostos	15	425.478	244.822
Outros ativos tangíveis	14	643.319	266.467	376.852	346.733	Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	20	69.188	69.560
Ativos intangíveis	14	81.353	50.184	31.169	28.478	Outros passivos	21	553.152	476.668
Ativos por impostos	15	647.588	-	647.588	661.395	Total do Passivo		<u>49.272.825</u>	<u>47.736.717</u>
Outros ativos	16	365.603	100.015	265.588	336.443				
Ativos não correntes detidos para venda	17	92.236	26.175	66.061	30.022	Capital Próprio			
						Capital	22	1.256.723	1.256.723
						Prémios de emissão	22	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	22	135.000	135.000
						Reservas por rendimento integral acumulado	22	15.515	(238.470)
						Outras reservas e resultados transitados	22	1.834.692	1.778.808
						(Ações próprias)	22	(44.022)	(44.022)
						Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do Banco	23	239.755	469.951
						Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco		<u>3.631.053</u>	<u>3.551.380</u>
						Interesses minoritários	24	881	919
						Total do Capital Próprio		<u>3.631.934</u>	<u>3.552.299</u>
Total do Ativo		<u>54.313.334</u>	<u>1.408.575</u>	<u>52.904.759</u>	<u>51.289.016</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>52.904.759</u>	<u>51.289.016</u>

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2019	30-06-2018
Rendimentos de juros	26	606.653	625.718
Encargos por juros	27	(180.439)	(180.670)
Margem financeira		426.214	445.048
Rendimentos de instrumentos de capital	28	1.637	1.233
Rendimentos de serviços e comissões	29	241.893	225.574
Encargos com serviços e comissões	30	(46.892)	(38.845)
Resultados em operações financeiras			
<i>Ativos e passivos ao justo valor através de resultados</i>	31	12.475	(5.001)
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	31	57.695	26.352
<i>Reavaliação cambial</i>	31	4.976	4.762
<i>Alienação de outros ativos</i>	31	(2.331)	(4.598)
Outros resultados de exploração	32	(25.495)	(19.472)
Produto bancário		670.172	635.053
Custos com o pessoal	33	(172.320)	(176.437)
Gastos gerais administrativos	34	(101.638)	(113.582)
Depreciações e amortizações	14	(24.182)	(20.657)
Provisões líquidas de anulações	19	(9.241)	(306.510)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	19	16.497	11.607
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	19	(7.488)	(21.626)
Resultados de associadas	35	412	2.349
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	36	10.217	3.782
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		382.429	13.979
Impostos	15	(142.674)	221.474
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		239.755	235.453
Interesses que não controlam		-	183
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST		239.755	235.636
Ações em circulação	23	1.241.722.839	1.241.730.754
Resultado por ação básico e diluído (em Euros)	23	0,19	0,19

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de junho de 2019		30 de junho de 2018	
	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do período	239.755	-	235.636	(183)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões				
· Valor bruto	39.588	-	(7.772)	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
· Justo valor	1.050	-	587	-
· Impacto fiscal	(270)	-	(160)	-
· Variações no justo valor de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
· Justo valor	369.345	-	50.620	-
· Impacto fiscal	(114.248)	-	(14.600)	-
· Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
· Justo valor	(60.118)	-	41.520	-
· Impacto fiscal	18.638	-	(12.871)	-
Rendimento integral consolidado do período	493.740	-	292.960	(183)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO DE 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido do período	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
				De reavaliações legais	De justo valor	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(378.699)	78.229	344.748	1.020.860	609.746	(43.991)	421.157	1.138	3.661.546
Aplicação dos resultados													
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	69.563	317.177	34.417	-	(421.157)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(618.597)	-	-	-	-	(618.597)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	-	-	(31)
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	-	-	-	-	-	(18.465)	-	-	-	-	(18.465)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	332	-	-	-	-	332
Outros	-	-	-	(23.245)	-	-	-	151.948	(132.921)	-	-	(2)	(4.220)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2018	-	-	-	-	90.384	(28.384)	-	-	-	-	469.951	(217)	531.734
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.256.723	193.390	135.000	-	(288.315)	49.845	414.311	853.255	511.242	(44.022)	469.951	919	3.552.299
Aplicação dos resultados													
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	47.553	416.068	6.330	-	(469.951)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(422.873)	-	-	-	-	(422.873)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	(332)	-	-	-	-	(332)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	9.138	-	-	-	(38)	9.100
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2019	-	-	-	-	349.865	(95.880)	-	-	-	-	239.755	-	493.740
Saldos em 30 de junho de 2019	1.256.723	193.390	135.000	-	61.550	(46.035)	461.864	855.256	517.572	(44.022)	239.755	881	3.631.934

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30-06-2019	30-06-2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	741.862	760.321
Pagamento de juros e comissões	(205.540)	(198.754)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(307.133)	(296.794)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(21.999)	(28.454)
Recuperação de créditos incobráveis	4.034	3.722
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>211.224</u>	<u>240.041</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(158.407)	(68.641)
Ativos financeiros detidos para negociação	79.722	172.445
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(121.398)	(253.721)
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	15.371	(1.253)
Ativos não correntes detidos para venda	(49.287)	(17.691)
Propriedades de investimento	7.512	23.776
Outros ativos	83.452	248.274
	<u>(143.035)</u>	<u>103.189</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	236.718	(90.935)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.679.270	2.386.930
Passivos financeiros detidos para negociação	(93.082)	(166.341)
Outros passivos	166.223	(114.947)
	<u>1.989.129</u>	<u>2.014.707</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.057.318	2.357.937
Impostos pagos	(43.734)	(71.414)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>2.013.584</u>	<u>2.286.523</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.637	1.233
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.066.380)	(558.613)
Alienação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	713.960	615.338
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	15.587	(237.611)
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	84.114	95.075
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(61.227)	(15.463)
Vendas de ativos tangíveis	12.944	1.179
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(299.365)</u>	<u>(98.862)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(422.873)	(145.301)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(842.033)	(24.291)
Dividendos pagos	(23.215)	(618.324)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(2.528)	(313)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(1.290.649)</u>	<u>(788.229)</u>
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>423.570</u>	<u>1.399.432</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.500.733	1.697.709
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.924.303	3.097.141

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (Totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante o primeiro semestre de 2019 e exercício de 2018 encontram-se detalhados na Nota 40.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Tendo em vista a reestruturação do negócio do BAPOP em Portugal e a sua integração no Grupo Santander, o Banco Santander, S.A., demonstrou a intenção de alienar todas as ações que representam o capital social e os direitos de voto do BAPOP para o Banco. Neste sentido, o Banco Central Europeu em 22 de dezembro de 2017 comunicou a sua não oposição à compra pelo Banco da totalidade do capital e dos direitos de voto e à fusão no Banco. Em consequência, foi registada a fusão em 27 de dezembro de 2017.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 508 balcões (527 balcões em 31 de dezembro de 2018). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao primeiro semestre de 2019 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de setembro de 2019.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de junho de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2018, aplicando em particular a IAS 34 (relato financeiro intercalar).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2019 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com impacto na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.

- **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

As normas e interpretações supra referidas não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Banco, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura concetual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 17 (nova)**, 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre as atividades relevantes da investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 24).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IFRS 9. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Instrumentos representativos de capital". Os interesses que não controlam de resultados do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica "Outros resultados de exploração" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

Por outro lado, o Grupo decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro, por contrapartida de resultados transitados. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Grupo na rubrica de "Reservas de reavaliação - De flutuação cambial".

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVPL").

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva por rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os custos associados às transações reconhecidas em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB. Neste enquadramento, o Banco decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Banco mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Banco adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Banco e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Para esses ativos, o Banco procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

O Banco utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Banco usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Banco para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Banco avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Análise individual

O processo análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default para efeitos de gestão interna de risco) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurando considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Banco modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Banco, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas. Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

e) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No primeiro semestre de 2019 o Banco reconheceu 2.205 milhares de euros de ativos intangíveis gerados internamente (2.509 milhares de euros no exercício de 2018).

f) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

g) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 16).

Quando se trata de unidades operacionais descontinuadas, de acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

O seu reconhecimento inicial é pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

h) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

i) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 29 de 8 de agosto de 2016. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-Totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (88,30 euros por beneficiário e 38,21 euros no caso dos pensionistas); e

- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio na reforma – prémio fim de carreira. Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral acumulado), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

j) Impostos sobre os lucros

O Banco e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para o primeiro semestre de 2019 e para o exercício de 2018, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Até 1.500 milhares de euros	0%
- entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros	3%
- entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros	5%
- superior a 35.000 milhares de euros	9%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31% .

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores, sendo este reduzido para cinco períodos de tributação ou prazo de reporte a partir do exercício de 2017. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, emitidas pelo Banco de Portugal (NCA) passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a carteira de crédito de clientes e as garantias prestadas passou a estar sujeita ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 9, em substituição do registo de provisões para risco específico, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos anteriormente previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro (Decreto Regulamentar) veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidades e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC no exercício de 2016. Esta metodologia foi também aplicada para o tratamento dos ajustamentos de transição relativos a imparidades do crédito das entidades que apresentavam anteriormente as suas demonstrações financeiras em NCAs.

Adicionalmente, o Decreto Regulamentar inclui uma norma transitória que prevê a possibilidade de a diferença positiva entre o valor de provisões para crédito constituídos a 1 de janeiro de 2016 ao abrigo do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 e as perdas por imparidade registadas a essa mesma data referentes aos mesmos créditos ser considerada no apuramento do lucro tributável de 2016 apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e não utilizados. O Banco optou por aplicar a norma transitória.

O Decreto Regulamentar nº 13/2018 de 28 de dezembro veio prolongar para o exercício de 2018 o mesmo regime fiscal de 2016.

O Grupo Santander Portugal decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rúbricas de capitais próprios.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelo sujeito passivo deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

k) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

l) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais não afetando o resultado do exercício.

m) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas de "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Banco são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros detidos para negociação", "Passivos financeiros detidos para negociação", "Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados" e "Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: - tipo de instrumento; tipo de cliente; grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring; tipo colateral; data do reconhecimento inicial; relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Banco apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício de 2018, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As demonstrações dos resultados por segmento operacional para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 2018 apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2019				
	Corporate				Total
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Consolidado
Margem financeira estrita	41.008	260.623	50.851	73.732	426.214
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.637	1.637
Margem financeira alargada	41.008	260.623	50.851	75.369	427.851
Comissões líquidas	24.914	162.963	12.639	(5.515)	195.001
Outros resultados da atividade bancária	-	1.471	-	(26.966)	(25.495)
Margem comercial	65.922	425.057	63.490	42.888	597.357
Resultado em operações financeiras	8.625	2.595	587	61.008	72.815
Produto bancário	74.547	427.652	64.077	103.896	670.172
Custos de transformação	(12.667)	(241.614)	(18.384)	(1.293)	(273.958)
Amortizações do período	(1.430)	(22.214)	(538)	-	(24.182)
Margem de exploração	60.450	163.824	45.155	102.603	372.032
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	1.757	4.126	(11.754)	5.639	(232)
Resultados associadas	-	-	-	412	412
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	10.217	10.217
Resultado antes de impostos	62.207	167.950	33.401	118.871	382.429
Impostos	(19.284)	(52.064)	(10.354)	(60.972)	(142.674)
Resultado líquido do período	42.923	115.886	23.047	57.899	239.755
	30-06-2018				
	Corporate				Total
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Consolidado
Margem financeira estrita	43.336	243.590	58.805	99.317	445.048
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.233	1.233
Margem financeira alargada	43.336	243.590	58.805	100.550	446.281
Comissões líquidas	23.330	156.958	14.777	(8.336)	186.729
Outros resultados de exploração	-	2.271	-	(21.743)	(19.472)
Margem comercial	66.666	402.819	73.582	63.266	613.538
Resultado em operações financeiras	7.058	2.089	925	11.443	21.515
Produto bancário	73.724	404.908	74.507	86.017	635.053
Custos de transformação	(12.667)	(256.123)	(19.577)	(1.652)	(290.019)
Amortizações do período	(1.430)	(18.774)	(453)	-	(20.657)
Margem de exploração	59.627	130.011	54.477	84.365	324.377
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	12.424	(5.732)	(1.558)	(321.663)	(316.529)
Resultados associadas	-	-	-	2.349	2.349
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	3.782	3.782
Resultado antes de impostos	72.051	124.279	52.919	(231.167)	13.979
Impostos	(22.258)	(40.873)	(16.564)	301.169	221.474
Interesses minoritários	-	-	-	183	183
Resultado líquido do período	49.793	83.406	36.355	70.185	235.636

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do período	
	30-06-2019	31-12-2018	30-06-2019	31-12-2018	30-06-2019	31-12-2018	30-06-2019	31-12-2018	30-06-2019	31-12-2018
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	Matriz	Matriz	56.467.851	55.173.578	3.484.074	3.404.774	249.510	475.535
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	512.496	491.050	466.561	460.759	7.972	2.790
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	201.149	239.145	128.738	25.662	3.316	(4.092)
TAXAGEST,SGPS,SA	99,00	99,00	99,00	99,00	55.745	55.740	55.743	55.739	4	(3)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	80,02	79,80	80,02	79,80	354.916	356.123	346.345	344.366	2.941	8.685
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	7.145	7.130	6.545	6.807	26	62
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	664.815	700.965	(5.368)	(3.481)	(1.628)	1.011
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	647.177	679.746	(10.684)	(7.007)	(3.380)	(2.678)
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	601.226	632.736	596.766	633.160	320	2.196
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	584.634	612.496	580.394	610.576	878	2.451
ATLANTES MORTGAGE NO 1 PLC	-	-	-	-	-	80.717	-	40	-	-
ATLANTES MORTGAGE NO 1 FTC	-	-	-	-	-	62.624	-	60.737	-	127
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	3.389.142	3.591.682	-	-	-	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	25,79	25,79	25,79	25,79	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,86	21,86	21,86	21,86	365.718	347.331	88.951	107.282	6.778	20.234
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	25,76	25,76	25,76	25,76	106.544	105.824	100.302	100.304	(3)	2.010
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD	100,00	100,00	100,00	100,00	654	596	184	96	89	36
PRIMESTAR SERVICING, S.A.	80,00	79,96	80,00	79,96	1.519	1.539	1.268	1.269	-	(169)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (1)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
BANIF INTERNATIONAL BANK	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CREDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC	Fundos de titularização de créditos	Irlanda	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO	Fundo Imobiliário	Portugal	Equivalência patrimonial
PRIMESTAR SERVICING, S.A.	Gestão de investimentos	Portugal	Integral

- (1) A situação líquida desta subsidiária em 30 de junho de 2019 incluía prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros concedidas no primeiro semestre.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do "Resultado do período" correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019 e o mês de dezembro de 2018.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Carteira de títulos	3.379	3.379
Carteira de imóveis	290.114	297.625
Contas de terceiros	7.072	8.221
Disponibilidades	53.428	46.844
Acréscimos e diferimentos	923	54
	<u>354.916</u>	<u>356.123</u>
Capital do Fundo	346.345	344.366
Ajustamento e provisões	4.057	4.917
Contas de terceiros	2.469	4.540
Acréscimos e diferimentos	2.045	2.300
	<u>354.916</u>	<u>356.123</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 2.353 milhares de euros e 6.931 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Caixa	245.324	287.669
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	2.159.813	1.368.061
	<u>2.405.137</u>	<u>1.655.730</u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero), o excesso tem uma penalização de 0,4%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	14.364	189.872
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	504.802	655.131
	<u>519.166</u>	<u>845.003</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem nos montantes de 48.416 milhares de euros e 66.131 milhares de euros, respetivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.132.945	1.212.577
Títulos - Unidades de participação - Maxirent	3.379	3.379
	<u>1.136.324</u>	<u>1.215.956</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>(1.149.393)</u>	<u>(1.242.475)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão registados os seguintes derivados:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	1.836	1.578	258	2.157	1.817	340
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (Cross Currency Swaps)	636	564	72	692	688	4
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	49	7.270	(7.221)	7	7.055	(7.048)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.047.178	1.058.250	(11.072)	1.120.138	1.143.613	(23.475)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	14.683	13.937	746	9.676	9.932	(256)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.007	996	11	1.877	1.846	31
Contratos sobre cotações	1.836	1.837	(1)	2.186	2.216	(30)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	65.720	64.961	759	75.844	75.308	536
	<u>1.132.945</u>	<u>1.149.393</u>	<u>(16.448)</u>	<u>1.212.577</u>	<u>1.242.475</u>	<u>(29.898)</u>

Em 30 de junho de 2019, as rubricas de ativo e passivo relativas a "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 9.219 milhares de euros e 21.195 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (15.550 milhares de euros e 22.716 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 41.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" correspondia a unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS OBRIGATORIAMENTE AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Justo valor	
	30-06-2019	31-12-2018
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	163.030	175.181
Emitidos por não residentes	1.361	1.697
	<u>164.391</u>	<u>176.878</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		30-06-2019							
		Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço	
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 22)			
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
De emissores públicos nacionais		4.801.191	58.477	729.935	(86)	729.849	-	5.589.517	
Outros residentes									
Dívida não subordinada		2.520	-	-	-	-	(3)	2.517	
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros		310.888	2.940	27.290	-	27.290	-	341.118	
Outros não residentes		37	-	-	(1)	(1)	-	36	
		<u>5.114.636</u>	<u>61.417</u>	<u>757.225</u>	<u>(87)</u>	<u>757.138</u>	<u>(3)</u>	<u>5.933.188</u>	
Instrumentos de Capital									
Valorizados ao justo valor		80.515	-	870	-	870	-	81.385	
		<u>5.195.151</u>	<u>61.417</u>	<u>758.095</u>	<u>(87)</u>	<u>758.008</u>	<u>(3)</u>	<u>6.014.573</u>	
		31-12-2018							
		Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			IFRS 9	Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 22)			
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
De emissores públicos nacionais		4.329.379	80.969	382.440	-	382.440	-	4.792.788	
Outros residentes									
Dívida não subordinada		53.100	1.443	29	-	29	-	(3) 54.569	
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros		311.428	1.416	5.614	-	5.614	-	318.458	
Outros não residentes		37	-	-	(1)	(1)	-	36	
		<u>4.693.944</u>	<u>83.828</u>	<u>388.083</u>	<u>(1)</u>	<u>388.082</u>	<u>-</u>	<u>(3) 5.165.851</u>	
Instrumentos de Capital									
Valorizados ao justo valor		15.397	-	581	-	581	64.328	80.306	
		<u>4.709.341</u>	<u>83.828</u>	<u>388.664</u>	<u>(1)</u>	<u>388.663</u>	<u>64.328</u>	<u>(3) 5.246.157</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As rubricas de emissores públicos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2019				31-12-2018			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Valor de balanço
Emissores públicos nacionais								
. Com vencimento entre três e cinco anos	23.405	675	1.082	25.162	23.796	184	468	24.448
. Com vencimento entre cinco e dez anos	4.720.399	57.076	723.416	5.500.891	4.079.071	74.071	374.066	4.527.208
. Com vencimento a mais de dez anos	57.387	726	5.351	63.464	226.512	6.714	7.906	241.132
Emissores públicos estrangeiros								
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.506	1	28	1.535	1.507	4	13	1.524
. Com vencimento entre cinco e dez anos	309.382	2.939	27.262	339.583	309.921	1.412	5.601	316.934
	<u>5.112.079</u>	<u>61.417</u>	<u>757.139</u>	<u>5.930.635</u>	<u>4.640.807</u>	<u>82.385</u>	<u>388.054</u>	<u>5.111.246</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 654.982 milhares de euros e 311.387 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 18).

As rubricas de outros emissores apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2019				31-12-2018				
	Custo de aquisição	Valias	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias	Imparidade	Valor de balanço
Divida não subordinada									
CGD 3% 2014/2019	-	-	-	-	50.000	1.443	29	(3)	51.469
OB.HEFESTO STC SA SERIE-1 CL-R	2.520	-	(3)	2.517	3.100	-	-	-	3.100
Outros	37	(1)	-	36	37	-	(1)	-	36
	<u>2.557</u>	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>2.553</u>	<u>53.137</u>	<u>1.443</u>	<u>28</u>	<u>(3)</u>	<u>54.605</u>

Com referência a 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Instrumentos de capital" inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2019			31-12-2018			
	Custo de aquisição	Valias	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias	IFRS 9	Valor de balanço
SIBS - SGPS, S.A.	68.313	-	68.313	3.985	-	64.328	68.313
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE	3.218	-	3.218	3.218	-	-	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE - PS	3.218	-	3.218	3.218	-	-	3.218
VISA INC series C	1.375	-	1.375	1.431	-	-	1.431
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOC. DE CAPITAL DE RISCO, SA	850	-	850	850	-	-	850
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	274	471	745	274	491	-	765
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	410	112	522	287	27	-	314
AGROGARANTE-SOC.GARANTIA MUTUA S	1.344	267	1.611	106	50	-	156
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	398	-	398	517	-	-	517
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	808	-	808	1.296	-	-	1.296
OUTROS	307	20	327	215	13	-	228
	<u>80.515</u>	<u>870</u>	<u>81.385</u>	<u>15.397</u>	<u>581</u>	<u>64.328</u>	<u>80.306</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Custo de aquisição	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
. Entre 0% e 25%	299	(66)	233	-	-	-
. Entre 25% e 50%	69	(20)	49	37	(1)	36
	<u>368</u>	<u>(86)</u>	<u>282</u>	<u>37</u>	<u>(1)</u>	<u>36</u>

10. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica aplicações em instituições de crédito tem a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Aplicações em outras Instituições de crédito no país		
Depósitos	5.934	102.218
Empréstimos	71.017	87.354
Juros a receber	92	497
	<u>77.043</u>	<u>190.069</u>
Aplicações em outras Instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	94.129	66.292
Depósitos	317.496	270.562
Outras aplicações	344.393	148.180
Juros a receber	19	12
	<u>756.037</u>	<u>485.046</u>
	<u>833.080</u>	<u>675.115</u>
Perdas por imparidade (Nota 19)	(40)	(84)
	<u>833.040</u>	<u>675.031</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações" inclui contas margem de 343.982 milhares de euros e 147.927 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	196.112	208.795
Empréstimos	9.246.409	9.326.549
Crédito em conta corrente	1.213.246	1.126.534
Descobertos em depósitos à ordem	173.909	139.344
Créditos tomados	1.469.486	1.506.932
Locação financeira	1.161.793	1.158.855
Outros créditos	43.346	43.384
A particulares		
Habitação	14.845.739	14.514.864
Consumo e outros	2.125.494	2.148.694
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	434.765	394.738
Crédito em conta corrente	7.713	10.002
Descobertos em depósitos à ordem	1.915	646
Créditos tomados	56.137	65.353
Locação financeira	3.240	3.708
Outros créditos	7.758	7.254
A particulares		
Habitação	442.089	437.347
Consumo e outros	70.109	64.694
	<u>31.499.260</u>	<u>31.157.693</u>
Crédito titulado	<u>4.129.697</u>	<u>4.081.130</u>
Ativos titularizados não desreconhecidos		
- particulares - Crédito à habitação	<u>4.125.814</u>	<u>4.419.096</u>
Créditos e juros vencidos		
Até 90 dias	20.778	23.768
Há mais de 90 dias	502.153	599.360
	<u>522.931</u>	<u>623.128</u>
	<u>40.277.702</u>	<u>40.281.047</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	116.632	75.177
Crédito titulado	20.609	16.463
Ativos titularizados não desreconhecidos	3.054	3.138
Despesas com encargo diferido	92.494	86.999
Cheques a cobrar	72.915	75.423
Devedores	269.334	290.564
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(137.829)	(138.118)
	<u>437.209</u>	<u>409.646</u>
	<u>40.714.911</u>	<u>40.690.693</u>
Imparidade em crédito a clientes e outros devedores (Nota 19)	<u>(963.773)</u>	<u>(1.108.584)</u>
	<u>39.751.138</u>	<u>39.582.109</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 157.071 milhares de euros e 233.183 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registadas valias líquidas no montante de 2.082 milhares de euros e 11.308 milhares de euros, respetivamente (Nota 19).

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Crédito interno – A particulares - Habitação" incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 9.424.717 milhares de euros e 8.937.341 milhares de euros, respetivamente (Nota 18).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os primeiros semestres de 2019 e 2018 é apresentado na Nota 19.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019	31-12-2018
Até três meses	20.778	23.767
Entre três meses e seis meses	39.147	28.287
Entre seis meses e um ano	48.582	61.971
Entre um ano e três anos	248.121	312.347
Mais de três anos	166.303	196.756
	<u>522.931</u>	<u>623.128</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe

	30-06-2019			31-12-2018		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Stage 1	37.275.807	(68.192)	0,18%	36.693.093	(78.690)	0,21%
Stage 2	1.740.552	(80.309)	4,61%	1.962.197	(96.651)	4,93%
Stage 3	1.698.552	(815.272)	48,00%	2.035.403	(933.243)	45,85%
	<u>40.714.911</u>	<u>(963.773)</u>		<u>40.690.693</u>	<u>(1.108.584)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
Swaps taxa de juro	2.650	269.670	(267.020)	10.079	67.509	(57.430)
Swaps cotações	-	1.097	(1.097)	20	1.714	(1.694)
Cobertura de fluxo de caixa						
Swaps taxa de juro	89.206	380	88.826	63.365	332	63.033
Forward sale	-	105.342	(105.342)	-	21.001	(21.001)
	<u>91.856</u>	<u>376.489</u>	<u>(284.633)</u>	<u>73.464</u>	<u>90.556</u>	<u>(17.092)</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2019								
	Valor de balanço	Valor nocional						Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra		165.713	33.906	70.675	31.690	-	301.984	153.705	148.279
Venda	258	165.533	33.841	70.656	31.663	-	301.693	145.804	155.889
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		1.590.955	1.335	84	-	-	1.592.374	398.406	1.193.968
Venda	(7.221)	1.597.194	1.380	88	-	-	1.598.662	1.199.913	398.749
Swaps taxas de juro									
Compra		62.319	185.735	44.111	4.401.095	18.802.558	23.495.818	23.460.377	35.441
Swaps divisas (cross currency swaps)									
Compra		30.751	1.123	3.310	-	-	35.184	35.184	-
Venda	72	30.948	1.094	3.310	-	-	35.352	35.352	-
Outros swaps de taxa de juro									
Swaps sobre cotações (equity swap)	746	-	-	-	-	740.563	740.563	740.563	-
Opções de moeda									
Compras		70.341	70.385	26.362	10.545	-	177.633	-	177.633
Vendas	11	70.341	70.385	26.362	10.545	-	177.633	-	177.633
Opções de cotações									
Compras		50.284	40.409	146.926	-	-	237.619	237.619	-
Vendas	(1)	50.284	40.409	146.926	-	-	237.619	237.619	-
Outros (Caps & Floors)									
	759	439.773	102	51.434	441.528	675.614	1.608.451	1.608.451	-
	<u>(16.448)</u>	<u>4.324.436</u>	<u>480.104</u>	<u>590.244</u>	<u>4.927.066</u>	<u>20.218.735</u>	<u>30.540.585</u>	<u>28.252.993</u>	<u>2.287.592</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Outros ativos financeiros ao justo valor									
por outro rendimento integral	(47.104)	-	-	-	-	2.080.000	2.080.000	2.080.000	-
Passivos e crédito	(219.916)	44.029	11.903	20.704	823.338	2.951.713	3.851.687	3.665.345	186.342
Swaps de cotações (equity swaps)									
	(1.097)	25.110	5.192	18.485	34.768	-	83.555	82.398	1.157
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa	88.826	102.564	1.000.000	4.000.000	5.000.000	-	10.102.564	10.102.564	-
Forwards sale	(105.342)	-	558.510	424.753	-	-	983.263	983.263	-
	<u>(284.633)</u>	<u>171.703</u>	<u>1.575.606</u>	<u>4.463.942</u>	<u>5.858.106</u>	<u>5.031.713</u>	<u>17.101.069</u>	<u>16.913.570</u>	<u>187.499</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
 (Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2018								
	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra		183.469	118.303	10.622	32.524	136	345.054	171.021	174.033
Venda	340	183.335	118.190	10.600	32.503	136	344.764	171.619	173.145
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		744.584	-	400	-	-	744.984	1.301	743.683
Venda	(7.048)	750.876	-	417	-	-	751.293	749.943	1.350
Swaps taxas de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
Compra		7.631	-	-	-	-	7.631	7.631	-
Venda	4	7.631	-	-	-	-	7.631	7.631	-
Outros swaps de taxa de juro	(23.475)	41.837	1.881.966	263.484	2.562.893	21.459.887	26.210.067	26.173.246	36.821
Swaps sobre cotações (equity swap)	(256)	138.295	-	-	-	757.869	896.164	896.163	1
Opções de moeda									
Compras		52.276	50.603	101.607	5.240	-	209.726	-	209.726
Vendas	31	52.232	50.646	101.607	5.240	-	209.725	-	209.725
Opções de cotações									
Compras		64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
Vendas	(30)	64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
Outros (Caps & Floors)	536	257.600	773.409	440.105	265.011	889.193	2.625.318	2.625.318	-
	(29.898)	2.549.222	3.092.017	1.110.228	3.197.263	23.107.221	33.055.951	31.507.467	1.548.484
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Outros ativos financeiros ao justo valor									
por outro rendimento integral	(5.795)	-	-	-	-	80.000	80.000	80.000	-
Passivos e crédito	(51.635)	-	19.078	58.152	804.385	2.504.626	3.386.241	3.200.390	185.851
Swaps de cotações (equity swaps)	(1.694)	26.619	16.136	30.126	35.565	-	108.446	140	108.306
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa	63.033	56.746	192.081	1.102.594	9.000.000	-	10.351.421	10.351.421	-
Forwards sale	(21.001)	377.402	-	558.511	-	-	935.913	935.913	-
	(17.092)	460.767	227.295	1.749.383	9.839.950	2.584.626	14.862.021	14.567.864	294.157

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por "derivados embutidos", de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
No país				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	1.918	25,81	1.918
Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário	25,77	25.847	25,77	25.847
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	31.626	21,86	35.634
		<u>59.391</u>		<u>63.399</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 19)				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.918)		(1.918)
		<u>(1.918)</u>		<u>(1.918)</u>
		<u>57.473</u>		<u>61.481</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>290.113</u>	<u>297.625</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Terrenos		
Urbanizados	13.972	14.643
Não urbanizados	1.128	1.141
Construções acabadas		
Arrendadas	217.280	222.946
Não arrendadas	39.915	41.070
Projetos de construção	17.818	17.825
	<u>290.113</u>	<u>297.625</u>

Por outro lado, durante os primeiros semestres de 2019 e 2018, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Rendas (Nota 32)	6.726	7.798
Condomínio	(623)	(578)
Conservação e reparação	(6)	(542)
Seguros	(80)	(106)
	<u>6.017</u>	<u>6.572</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” nos primeiros semestres de 2019 e 2018 foi como segue:

	2019				Saldo em 30-06-2019
	Saldo em 31-12-2018	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	297.625	-	(1.590)	(5.922)	290.113
	2018				Saldo em 30-06-2018
	Saldo em 31-12-2017	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	353.957	-	(682)	(23.093)	330.182

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Alienação de outros ativos” (Nota 31).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 17.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2019	31-12-2018
Propriedades de investimento	290.113	297.625

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		30-06-2019	31-12-2018		
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	34.712	34.447	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Retail park Matosinhos	Arrendado	41.780	41.694	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.474	26.365	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.896	15.896	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.107	11.699	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.635	11.878	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.128	12.128	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Construção em curso	10.576	10.576	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2
		164.308	164.683		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os primeiros semestres de 2019 e 2018 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2019														
	31-12-2018			Transferências								30-06-2019			
	Valor		Imparidade	Aquisições	Abates e vendas		De/Para		Transferências		Amortizações do período	Valor		Imparidade	Valor líquido
	Bruto	Amortizações Acumuladas			Bruto	Amortizações Acumuladas	outros ativos	outras	Bruto	Amortizações Acumuladas		Bruto	Amortizações Acumuladas		
			(Nota 19)										(Nota 19)		
Ativos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	432.057	141.813	6.146	2.459	-	-	(5.622)	(1.918)	176	-	4.541	429.070	144.436	6.146	278.488
. Despesas em edifícios arrendados	28.310	21.143	-	525	308	252	-	-	(182)	-	812	28.345	21.703	-	6.642
. Outros imóveis	167	78	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	79	-	88
. Direitos de uso	-	-	-	37.997 a)	-	-	-	-	-	-	3.095	37.997	3.095	-	34.902
Ativos tangíveis em curso															
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	-	-	88
	460.622	163.034	6.146	40.981	308	252	(5.622)	(1.918)	(6)	-	8.449	495.667	169.313	6.146	320.208
Equipamento															
. Mobiliário e material	10.793	4.012	-	647	581	581	-	-	(43)	(43)	591	10.816	3.979	-	6.837
. Máquinas e ferramentas	1.860	840	-	267	55	54	-	-	6.280	6.280	171	8.352	7.237	-	1.115
. Equipamento informático	68.144	59.009	-	2.317	1.125	1.125	-	-	(6.062)	(6.062)	1.937	63.274	53.759	-	9.515
. Instalações interiores	34.879	11.911	-	3.921	242	195	(91)	(34)	5	(1)	1.854	38.472	13.535	-	24.937
. Material de transporte	17.856	7.017	-	445	910	560	-	-	(52)	(19)	1.052	17.339	7.490	-	9.849
. Equipamento de segurança	6.098	4.971	-	102	949	949	-	-	(181)	(181)	215	5.070	4.056	-	1.014
. Outro equipamento	2.196	856	-	116	106	87	-	-	(22)	(22)	138	2.184	885	-	1.299
. Ativos tangíveis em curso	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
	141.835	88.616	-	7.815	3.968	3.551	(91)	(34)	(75)	(48)	5.958	145.516	90.941	-	54.575
Outros ativos tangíveis															
. Património artístico	2.059	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.059	-	-	2.059
. Outros	51	38	-	-	-	-	-	-	26	26	3	77	67	-	10
	2.110	38	-	-	-	-	-	-	26	26	3	2.136	67	-	2.069
	604.567	251.688	6.146	48.796	4.276	3.803	(5.713)	(1.952)	(55)	(22)	14.410	643.319	260.321	6.146	376.852
Ativos intangíveis															
Software	62.830	36.497	-	10.226	-	-	-	-	2.486	22	9.526	75.542	46.045	-	29.497
Ativos intangíveis em curso	492	-	-	2.205	-	-	-	-	(2.432)	-	-	265	-	-	265
Trespases	3.346	3.346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-
Outros	1.040	547	-	-	-	-	-	-	-	-	246	1.040	793	-	247
Diferenças de consolidação positivas	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	68.868	40.390	-	12.431	-	-	-	-	54	22	9.772	81.353	50.184	-	31.169

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2018													
	31-12-2017				Transferências					30-06-2018				
	Valor		Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 19)	Abates e vendas		Transferências De/Para outros ativos		Amortizações do período	Perdas de Imparidade (Nota 19)	Valor		Valor Líquido	
	Bruto	Acumuladas			Bruto	Acumuladas	Bruto	Acumuladas			Bruto	Acumuladas		Imparidade (Nota 19)
Ativos tangíveis														
Imóveis														
. Imóveis de serviço próprio	469.425	166.816	6.281	4.108	-	-	7.572	2.608	4.310	-	465.961	168.518	6.281	291.162
. Despesas em edifícios arrendados	161.641	154.846	-	1	-	-	(3.774)	(829)	1.197	-	165.416	156.872	-	8.544
. Outros imóveis	308	11	20	-	-	-	141	-	1	(20)	167	12	-	155
Ativos tangíveis em curso														
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	88	-	-	-	-	-	-	-
	<u>631.462</u>	<u>321.673</u>	<u>6.301</u>	<u>4.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.027</u>	<u>1.779</u>	<u>5.508</u>	<u>(20)</u>	<u>631.544</u>	<u>325.402</u>	<u>6.281</u>	<u>299.861</u>
Equipamento														
. Mobiliário e material	28.370	22.867	-	1.173	7	7	-	-	531	-	29.536	23.391	-	6.145
. Máquinas e ferramentas	6.936	5.883	-	49	1	1	-	-	131	-	6.984	6.013	-	971
. Equipamento informático	106.268	95.568	-	1.114	210	209	(268)	(268)	2.073	-	107.440	97.700	-	9.740
. Instalações interiores	36.979	19.745	-	3.819	22	14	28	18	1.440	-	40.748	21.153	-	19.595
. Material de transporte	19.531	8.776	-	674	3.829	2.815	-	-	1.036	-	16.376	6.997	-	9.379
. Equipamento de segurança	19.514	18.187	-	103	-	-	-	-	217	-	19.617	18.404	-	1.213
. Outro equipamento	7.556	6.369	-	202	-	-	257	260	139	-	7.501	6.248	-	1.253
. Ativos tangíveis em curso	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>225.163</u>	<u>177.395</u>	<u>-</u>	<u>7.134</u>	<u>4.078</u>	<u>3.046</u>	<u>17</u>	<u>10</u>	<u>5.567</u>	<u>-</u>	<u>228.202</u>	<u>179.906</u>	<u>-</u>	<u>48.296</u>
Outros ativos tangíveis														
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	2.048	-	-	12	-	-	-	-	-	-	2.060	-	-	2.060
. Outros	3.463	3.462	-	-	-	-	-	-	-	-	3.463	3.462	-	1
	<u>5.792</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.804</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>2.061</u>
	<u>862.417</u>	<u>502.811</u>	<u>6.301</u>	<u>11.255</u>	<u>4.078</u>	<u>3.046</u>	<u>4.044</u>	<u>1.789</u>	<u>11.075</u>	<u>(20)</u>	<u>865.550</u>	<u>509.051</u>	<u>6.281</u>	<u>350.218</u>
Ativos intangíveis														
Software	438.890	406.376	-	3.281	-	-	-	-	9.549	-	442.171	415.925	-	26.246
Ativos intangíveis em curso	61	-	-	921	-	-	-	-	-	-	982	-	-	982
Trespases	3.346	3.346	-	-	-	-	-	-	33	-	3.346	3.379	-	(33)
Outros	1.040	475	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040	475	-	565
Diferenças de consolidação positivas	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	<u>444.497</u>	<u>410.197</u>	<u>-</u>	<u>4.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.582</u>	<u>-</u>	<u>448.699</u>	<u>419.779</u>	<u>-</u>	<u>28.920</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Ativos por impostos correntes	32.600	21.334
Ativos por Impostos diferidos	614.988	640.061
	<u>647.588</u>	<u>661.395</u>
Passivos por impostos correntes	68.686	7.589
Passivos por Impostos diferidos	356.792	237.233
	<u>425.478</u>	<u>244.822</u>
Impostos diferidos	258.196	402.828

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Impostos correntes	(93.566)	61.661
Impostos diferidos	(49.108)	159.813
	<u>(142.674)</u>	<u>221.474</u>

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2015, inclusive. Como resultado da inspeção, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 19).

Os prejuízos fiscais do Banco podem ser utilizados em 51.655 milhares de euros até 2026 e 157.843 milhares de euros até 2027.

O Grupo Santander Portugal decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Devedores e outras aplicações	772	447
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	287.214	356.659
Proveitos a receber		
De colocação de fundos mobiliários pela Santander SGFIM	4.960	4.054
De operações de crédito	57	70
Outros serviços prestados	15.921	17.074
Outros	11.431	8.096
Despesas com encargo diferido	1.818	2.850
Operações ativas a regularizar	40.285	53.382
	365.603	445.777
Perdas por imparidade (Nota 19)		
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	(100.015)	(109.334)
	(100.015)	(109.334)
	265.588	336.443

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 37).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros" inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Outros ativos	Outros passivos (Nota 21)	Outros ativos	Outros passivos (Nota 21)
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	21.762	(61.103)	29.309	(58.888)
Transferências no âmbito do SEPA	55	(225.089)	-	(117.895)
Saldos a regularizar em ATM's	1.599	(40)	2.720	-
Outros	16.869	(32.238)	21.353	(47.395)
	40.285	(318.470)	53.382	(224.178)

O movimento ocorrido na rubrica de "Promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento" no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018					30 de junho de 2019						
	Valor Bruto (Nota 19)	Imparidade (Nota 19)	Valor líquido	Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 19)			Valor Bruto (Nota 19)	Imparidade (Nota 19)	Valor líquido
Ativos recebidos por dação em pagamento												
Imóveis recebidos em dação e pagamento	109.320	(52.155)	57.165	9.900	(4.760)	(47.593)	(5.771)	8.640	1.304	66.867	(47.982)	18.885
Promessas de Dação	11.435	(43)	11.392	-	(8.826)	-	(18)	2	-	2.609	(59)	2.550
Arrematações	49.820	(27.452)	22.368	9.751	(8.178)	605	(1.110)	215	-	51.998	(28.347)	23.651
Outros Imóveis	139.419	(4.168)	135.251	2.388	(24.309)	(84)	(214)	12.764	-	117.414	8.382	125.796
Massa Falida	1.892	(1.892)	-	478	(103)	(521)	(258)	404	-	1.746	(1.746)	-
Imóveis de serviço próprio para venda	44.773	(23.624)	21.149	39	(1.993)	3.761	(7.902)	392	871	46.580	(30.263)	16.317
	356.659	(109.334)	247.325	22.556	(48.169)	(43.832)	(15.273)	22.417	2.175	287.214	(100.015)	187.199

17. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Imóveis recebidos em dação em pagamento	90.246	46.277
Equipamento	1.990	1.913
	92.236	48.190
Perdas por imparidade (Nota 19)	(26.175)	(18.168)
	66.061	30.022

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foi o seguinte:

	2019								30-06-2019		
	31-12-2018		Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 19)			Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 19)	Valor líquido
Imóveis:	Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 19)									
Recebidos em dação em pagamento	46.277	(16.599)	7.753	(11.376)	47.593	(20.889)	6.439	6.466	90.247	(24.583)	65.664
Equipamento	1.913	(1.569)	588	(512)	-	(355)	173	159	1.989	(1.592)	397
	48.190	(18.168)	8.341	(11.888)	47.593	(21.244)	6.612	6.625	92.236	(26.175)	66.061

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

18. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica recursos de bancos centrais tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	3.039.329	3.045.472
Recursos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.519	4.568
	<u>3.043.848</u>	<u>3.050.040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica recursos de outras instituições de crédito tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Recursos de Instituições de crédito no País		
Depósitos	185.707	192.141
Outros recursos	1.010	792
Juros a pagar	12	6
Receitas com rendimento diferido	1.108	44
	<u>187.837</u>	<u>192.983</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Recursos consignados	900.000	900.000
Recursos a muito curto prazo	77.329	76.856
Depósitos	399.818	376.488
Operações de venda com acordo de recompra	2.200.368	1.957.342
Outros recursos	17.218	35.995
Juros a pagar	305	180
	<u>3.595.038</u>	<u>3.346.861</u>
	<u>3.782.875</u>	<u>3.539.844</u>

Em 30 de junho de 2019 de 31 de dezembro de 2018 a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de venda com acordo de recompra:

Tipo de subjacente	<u>30-06-2019</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	654.982	(301)	(1.089)	653.592
Divida não subordinada	1.052.629	(19)	(19)	1.052.591
Obrigações emitidas por não residentes	494.185	-	-	494.185
	<u>2.201.796</u>	<u>(320)</u>	<u>(1.108)</u>	<u>2.200.368</u>
Tipo de subjacente	<u>31-12-2018</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	311.387	(46)	(28)	311.313
Divida não subordinada	1.263.379	(62)	(16)	1.263.301
Obrigações emitidas por não residentes	382.728	-	-	382.728
	<u>1.957.494</u>	<u>(108)</u>	<u>(44)</u>	<u>1.957.342</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica recursos de clientes e outros empréstimos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Depósitos a prazo	17.523.248	16.615.519
Depósitos à ordem	16.708.240	15.412.253
Depósitos estruturados	447.292	951.499
Depósitos de Poupança	814.127	875.550
Outros	70.694	66.982
	<u>35.563.601</u>	<u>33.921.803</u>
Juros e custos a pagar	13.436	15.954
	<u><u>35.577.037</u></u>	<u><u>33.937.757</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica responsabilidades representadas por títulos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.950.000	7.700.000
Readquiridas	(4.200.000)	(4.200.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(9.885)	(11.222)
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	4.556.873	4.898.562
Readquiridas	(3.767.622)	(4.010.288)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(59.075)	(62.903)
	<u>3.470.291</u>	<u>4.314.149</u>
Outros		
Programa EMTN	711	711
Juros a pagar	7	2
	<u>718</u>	<u>713</u>
Passivos subordinados		
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000		
Emitidas	284.315	284.315
Readquiridas	(13.868)	(13.868)
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001		
Emitidas	172.833	172.833
Readquiridas	(159.015)	(159.015)
Obrigações Perpétuas subordinadas CPP 2001		
Emitidas	54.359	54.359
Readquiridas	(50.084)	(50.084)
Banco Santander Totta SA 7.5%	7.599	7.599
Obrigações subordinadas MC factor		
Emitidas	2.993	2.993
Readquiridas	(2.394)	(2.394)
	<u>296.738</u>	<u>296.738</u>
Juros a pagar	610	344
	<u>3.768.357</u>	<u>4.611.944</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I e as dos passivos subordinados no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Entre maio de 2008 e junho de 2019, o Banco procedeu a vinte e três emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Crédito a Clientes (Nota 10)	9.424.717	8.937.341
Juros de Crédito	8.017	7.220
Comissões	(52.895)	(46.134)
Despesas com encargo diferido	4.463	2.518
Derivados	(71.754)	(65.587)
	<u>9.312.548</u>	<u>8.835.358</u>

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Banco durante o exercício de 2018 e o primeiro semestre de 2019 foi o seguinte:

	<u>Obrigações em circulação</u>		<u>Programa EMTN</u>
	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>	<u>Emitidas</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.701.072	(4.200.000)	25.744
. Emissões reembolsadas	(1.072)	-	(25.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.700.000	(4.200.000)	711
. Emissões reembolsadas	(750.000)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>6.950.000</u>	<u>(4.200.000)</u>	<u>711</u>

O movimento ocorrido no âmbito das operações de titularização durante o exercício de 2018 e no primeiro semestre de 2019, foi o seguinte:

	<u>Obrigações em circulação</u>	
	<u>Emitidas</u>	<u>Readquiridas</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.249.292	(2.121.485)
. Emitidas	2.266.000	-
. Reembolsadas	(616.730)	550.539
. Readquiridas		
. Hipototta 13	-	(2.266.000)
. Hipototta 4 e 5	-	(172.842)
. Azor mortgages	-	(500)
	<u>1.649.270</u>	<u>(1.888.803)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.898.562	(4.010.288)
. Reembolsadas	(341.689)	242.666
Saldos em 30 de Junho de 2019	<u>4.556.873</u>	<u>(3.767.622)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Cheques e ordens a pagar	93.942	56.413
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	9.157	3.457
Sector público administrativo	21.604	30.633
Credores por contratos de factoring	51.979	50.442
Compromissos c/rendas futuras (aplicação IFRS 16)	35.028	-
Fornecedores	6.993	7.468
Credores por valores a liquidar	17.424	18.255
Outros	17.970	9.538
	<u>254.097</u>	<u>176.206</u>

19. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas Provisões e na imparidade durante os primeiros semestres de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019				
	31-12-2018	Dotações	Reversões	Utilizações	30-06-2019
Provisões para contingências fiscais	10.796	-	-	(207)	10.589
Provisões para pensões e outros encargos	129.353	162	-	(25.951)	103.564
Imparidade para garantias e compromissos assumidos	53.159	4.843	-	-	58.002
Outras provisões	93.138	16.010	(11.774)	(358)	97.016
	<u>286.446</u>	<u>21.015</u>	<u>(11.774)</u>	<u>(26.516)</u>	<u>269.171</u>

	2018						
	31-12-2017	IFRS 9	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	30-06-2018
Provisões para contingências fiscais	11.023	-	-	-	-	-	11.023
Provisões para pensões e outros encargos	39.931	-	116.180	-	(14.624)	-	141.487
Imparidade para garantias e compromissos assumidos	24.021	35.062	12.233	(12.127)	-	-	59.189
Outras provisões	92.575	-	204.203	(13.979)	(6.554)	(4.000)	272.245
	<u>167.550</u>	<u>35.062</u>	<u>332.616</u>	<u>(26.106)</u>	<u>(21.178)</u>	<u>(4.000)</u>	<u>483.944</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
 (Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2019						
	31-12-2018	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2019	Recuperações de incobráveis	Mais/menos valias vendas crédito
	Imparidade para aplicações sobre instituições de crédito (Nota 10)	84	2	(46)	-	40	-
Imparidade para crédito a clientes e outros devedores (Nota 10)	1.108.584	138.483	(147.243)	(136.051)	963.773	(5.611)	(2.082)
Imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	3	-	-	-	3	-	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 12)	1.918	-	-	-	1.918	-	-
	<u>1.110.589</u>	<u>138.485</u>	<u>(147.289)</u>	<u>(136.051)</u>	<u>965.734</u>	<u>(5.611)</u>	<u>(2.082)</u>
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.146	-	-	-	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 16)	109.334	15.273	(22.417)	(2.175)	100.015	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 17)	18.168	21.244	(6.612)	(6.625)	26.175	-	-
	<u>133.648</u>	<u>36.517</u>	<u>(29.029)</u>	<u>(8.800)</u>	<u>132.336</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.244.237</u>	<u>175.002</u>	<u>(176.318)</u>	<u>(144.851)</u>	<u>1.098.070</u>	<u>(5.611)</u>	<u>(2.082)</u>

	2018							
	31-12-2017	IFRS 9	Perdas de imparidade	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2018	Recuperações de incobráveis	Mais/menos valias vendas crédito
	Imparidade de ativos ao custo amortizado	1.740.865	59.640	179.001	(176.029)	(330.268)	1.473.209	(3.271)
Imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	63.174	(62.899)	1.705	(1.705)	-	275	-	-
Imparidade em investimentos em associadas	5.532	-	-	-	(3.679)	1.853	-	-
	<u>1.809.571</u>	<u>(3.259)</u>	<u>180.706</u>	<u>(177.734)</u>	<u>(333.947)</u>	<u>1.475.337</u>	<u>(3.271)</u>	<u>(11.308)</u>
Ativos tangíveis	6.301	-	-	-	(20)	6.281	-	-
Outros ativos	200.212	(31.499)	35.425	(14.827)	(11.631)	177.680	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	42.856	-	1.476	(448)	(6.425)	37.459	-	-
	<u>249.369</u>	<u>(31.499)</u>	<u>36.901</u>	<u>(15.275)</u>	<u>(18.076)</u>	<u>221.420</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.058.940</u>	<u>(34.758)</u>	<u>217.607</u>	<u>(193.009)</u>	<u>(352.023)</u>	<u>1.696.757</u>	<u>(3.271)</u>	<u>(11.308)</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as Provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019	31-12-2018
Planos de reestruturação	87.954	102.948
Prémio na reforma BAPOP	1.684	1.684
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 39)	13.926	24.721
	<u>103.564</u>	<u>129.353</u>

20. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)21. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Encargos com pessoal		
Férias e subsídio de férias	31.105	39.044
Outras remunerações variáveis	23.594	29.698
Subsídio de Natal	9.383	-
Outros custos com pessoal	-	263
Faturas em receção e conferência	154.592	114.344
Custos de integração	10.495	35.964
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)		
Responsabilidades do Banco	973.742	972.776
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banco	(998.389)	(979.892)
Responsabilidades da sucursal de Londres	44.509	44.509
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(38.891)	(38.891)
Responsabilidades do ex-Banif	133.084	133.084
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Banif	(100.641)	(100.641)
Responsabilidades do ex-Popular	160.369	163.111
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Popular	(170.765)	(163.475)
Outras receitas com rendimento diferido	2.495	2.596
Outros (Nota 16)	318.470	224.178
	<u>553.152</u>	<u>476.668</u>

22. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social do Banco estava representado por 1.256.723.284 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Ações próprias	15.000.445	1,19%	15.000
Outros	543.326	0,05%	543
	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

Durante o exercício de 2018, o Banco procedeu à aquisição de 7.915 ações próprias, pelos montantes de 31 milhares de euros. No primeiro semestre de 2019, não existiram aquisições de ações próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 milhares de euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

No exercício de 2018 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 618.597 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,498 euros por ação.

No exercício de 2019 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 422.873 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,3405 euros por ação.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	758.008	388.663
Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial	2.719	1.668
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(28.182)	31.936
Ganhos e perdas atuariais (Nota 37)		
Fundo de Pensões do Banco	(659.093)	(686.172)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do Banco	(12.109)	(12.109)
Fundo de Pensões do ex-Banif	(8.515)	(8.515)
Fundo de Pensões do BAPOP	11.756	(753)
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(3.034)	(3.033)
	<u>61.550</u>	<u>(288.315)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(233.562)	(119.314)
Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial	(695)	(425)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	8.737	(9.901)
Impacto fiscal dos desvios atuariais	181.691	181.691
Impacto fiscal por alterações de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	942	942
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.148)	(3.148)
	<u>(46.035)</u>	<u>49.845</u>
	<u>15.515</u>	<u>(238.470)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. No exercício de 2018 esta reserva foi reclassificada para a rubrica de outras reservas.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Reserva legal	461.864	414.311
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	164.280	165.615
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	8.733	5.064
Reserva de fusão		
Por incorporação do Totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do TottalFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BAPOP	(8.411)	(8.411)
Outras reservas	23.395	23.728
Resultados transitados	517.572	511.242
	<u>1.834.692</u>	<u>1.778.808</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Babco constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)23. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

No primeiro semestre de 2019 e no exercício de 2018, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do semestre do Banco (atividade individual)	249.510	249.510	475.535	475.535
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Totta (Ireland), Plc.	5.182	5.182	9.902	9.902
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	2.941	2.353	8.685	6.931
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6.778	1.482	20.234	4.423
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	26	26	62	62
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	3.316	3.316	(4.092)	(4.092)
Banif International Bank, LTD	89	89	36	36
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	(3)	(1)	2.010	518
Taxagest, S.A.	4	4	(3)	(3)
Primestar Serving	-	-	(169)	(135)
	<u>18.333</u>	<u>12.451</u>	<u>36.665</u>	<u>17.642</u>
Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(5.203)		(3.454)
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(8.525)		(18.003)
Outros		(8.478)		(1.769)
Resultado consolidado do período		<u>239.755</u>		<u>469.951</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30-06-2019	30-06-2018
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco	239.755	235.636
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.256.723.284	1.256.723.284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	15.000.445	14.992.530
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.241.722.839	1.241.730.754
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0,19	0,19

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

24. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Taxagest, S.A.	557	557
Outros	324	362
	<u>881</u>	<u>919</u>

25. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.524.531	1.568.020
Créditos documentários abertos	402.918	388.488
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	161.337	166.024
Fundo de garantia de depósitos	98.563	88.059
Sistema de indemnização aos investidores	9.428	8.903
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	10.716.741	10.227.930
	<u>12.913.518</u>	<u>12.447.424</u>
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.203.545	5.307.745
Irrevogáveis	772.723	1.035.032
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	6.110	7.954
Outros compromissos revogáveis	215	216
	<u>6.051.562</u>	<u>6.419.916</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	34.181.353	32.462.095
Valores recebidos para cobrança	175.061	172.451
Outros valores	46.267	33.686
	<u>34.402.681</u>	<u>32.668.232</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2019 e 2018, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 50 milhares de euros e 44 milhares de euros, respetivamente (Nota 32).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estas responsabilidades ascendiam a 6.110 milhares de euros e 7.954 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)26. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Juros de disponibilidades		
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	327	622
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	4.034	2.162
Em instituições de crédito no estrangeiro	2.997	580
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	292.493	317.082
Crédito ao exterior	9.393	7.306
Outros créditos e valores a receber	36.184	39.050
Ativos titularizados não desreconhecidos	19.602	19.991
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	27.230	31.643
Juros de crédito vencido	3.437	4.239
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
ao justo valor através de outro rendimento integral	61.734	55.848
Derivados de cobertura	141.526	122.622
Outros	7.696	24.573
	<u>606.653</u>	<u>625.718</u>

27. ENCARGOS POR JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Juros de recursos de bancos centrais	-	63
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	174	111
No estrangeiro	2.953	1.920
Depósitos de Clientes		
De residentes	22.793	26.351
De não residentes	3.015	2.828
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	21.394	22.940
Outras responsabilidades representadas por títulos	4	57
Juros de passivos subordinados	2.528	313
Juros de derivados de cobertura	118.257	119.238
Outros juros	9.321	6.849
	<u>180.439</u>	<u>180.670</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)28. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.634	1.159
Unicampos-Fundo Especial de Invest. Imobiliário Fechado	-	65
Outros	3	9
	<u>1.637</u>	<u>1.233</u>

29. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	7.823	8.734
Créditos documentários abertos	1.629	1.711
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	402	1.001
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	3.106	2.577
Cobrança de valores	6.107	6.450
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	12.957	13.346
Transferência de valores	896	1.365
Por transações de cartões	45.274	43.501
Anuidades	15.111	12.976
Operações de crédito	26.313	24.542
Outros serviços prestados	499	7.003
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	7.585	8.655
Outras	86	1.214
Comercialização de seguradoras (Nota 37)	50.571	47.581
Manutenção de contas	39.915	32.370
Cheques	4.674	4.749
Outras	18.945	7.798
	<u>241.893</u>	<u>225.573</u>

30. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	2.233	1.220
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	818	701
Transações de clientes	34.444	22.469
Operações de crédito	3.959	7.093
Outros serviços prestados	1.028	3.922
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	928	1.400
Outras	2.909	1.031
Outras comissões pagas	573	1.009
	<u>46.892</u>	<u>38.845</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

31. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As sub-rubricas resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados e resultados de outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de capital	90	106
Instrumentos derivados :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de câmbio	(116)	344
. Contratos de taxa de juro	10.161	(6.880)
. Contratos sobre cotações	52	1.669
Opções :		
. Contratos de taxa de câmbio	42	58
. Contratos sobre cotações	(13)	(852)
. Contratos de taxa de juro	-	-
Contratos de garantia de taxa de juro	(31)	243
	<u>10.185</u>	<u>(5.312)</u>
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de capital	2.290	328
Títulos - outros	-	(3)
	<u>2.290</u>	<u>325</u>
Derivados de cobertura :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de juro	(205.150)	(15.061)
. Contratos sobre cotações	826	(130)
Opções "Autocallable"	-	133
Correções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	204.324	15.044
	<u>-</u>	<u>(14)</u>
	<u>12.475</u>	<u>(5.001)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica resultados de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Instrumentos de dívida		
Dívida pública nacional	57.029	25.529
Dívida pública estrangeira	-	775
Outros	666	48
	<u>57.695</u>	<u>26.352</u>

A sub-rubrica resultados de reavaliação cambial tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	64.560	146.193
Perdas na reavaliação da posição cambial	(59.584)	(141.431)
	<u>4.976</u>	<u>4.762</u>

A sub-rubrica resultados de alienação de outros ativos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Propriedades de investimento		
Ganhos realizados	266	742
Ganhos não realizados	1.902	1.403
	<u>2.168</u>	<u>2.145</u>
Propriedades de investimento		
Perdas realizadas	(418)	(498)
Perdas não realizadas	(3.931)	(2.086)
Outras perdas em operações não financeiras	(150)	(4.159)
	<u>(4.499)</u>	<u>(6.743)</u>
	<u>(2.331)</u>	<u>(4.598)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Rendimentos da prestação de serviços diversos	1.471	1.743
Rendas de locação operacional	7.206	8.174
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos (Nota 25)	(50)	(44)
Contribuições para o fundo de resolução	(32.597)	(22.219)
Encargos com transações realizadas por clientes	(3.624)	(1.031)
Outros	2.099	(6.095)
	<u>(25.495)</u>	<u>(19.472)</u>

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018, a rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 6.726 milhares de euros e 7.798 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do Banco do exercício de 2019 e 2018 ascendeu a 12.261 milhares de euros e 7.554 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 milhares de euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. Nos exercícios de 2019 e 2018 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 23.924 milhares de euros e 17.253 milhares de euros, respetivamente.

33. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	4.121	4.691
Empregados	113.542	117.529
Plano de ações	-	186
Outras remunerações variáveis	16.036	14.266
	<u>133.699</u>	<u>136.672</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	30.178	31.949
Fundos de pensões (Nota 38)	2.854	3.382
Outros encargos sociais obrigatórios	552	576
	<u>33.584</u>	<u>35.907</u>
Outros custos com pessoal		
Plano complementar de reforma	291	291
Transferências de pessoal	644	687
Outros	4.102	2.880
	<u>5.037</u>	<u>3.858</u>
	<u>172.320</u>	<u>176.437</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Serviços externos :		
Serviços especializados	36.334	40.081
Manutenção de software e equipamento informático	26.373	22.451
Rendas e alugueres	3.124	7.669
Comunicações	5.256	6.857
Publicidade e edição de publicações	6.900	7.087
Deslocações, estadas e representações	2.608	2.862
Conservação e reparação	2.667	3.660
Transportes	2.560	2.413
Seguros	728	771
Outros serviços de terceiros	3.498	5.813
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	4.705	5.460
Material de consumo corrente	1.027	1.131
Outros fornecimentos	111	122
Quotizações e donativos	3.573	3.504
Outros impostos	2.174	3.701
	<u>101.638</u>	<u>113.582</u>

35. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	412	1.881
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	-	468
	<u>412</u>	<u>2.349</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2019			30-06-2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos não correntes detidos para venda	33.999	(23.782)	10.217	5.429	(1.647)	3.782

37. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	30-06-2019			30-06-2018		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 29)			(Nota 29)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	24.667	-	24.667	22.400	-	22.400
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	15.634	-	15.634	15.487	-	15.487
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.		9.514	9.514	-	2.371	2.371
Liberty Seguros	-	-	-	-	6.629	6.629
Outros	-	756	756	694	-	694
	40.301	10.270	50.571	38.581	9.000	47.581

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros ativos – Rendimentos a receber" (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2019	31-12-2018
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	11.564	13.093
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2.705	2.375
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	1.631	1.585
Outros	12	11
	15.912	17.064

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não liquidadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2019 e o último trimestre de 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

38. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2019 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018	2017	2016	2015
Estimativa das responsabilidades					
por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	265.302	264.141	289.518	314.119	303.523
. Pensionistas	39.918	38.877	34.059	31.526	26.928
. Reformados e reformados antecipadamente	508.068	509.295	475.916	424.970	399.942
	813.288	812.313	799.493	770.615	730.393
- Cuidados de saúde (SAMS)	148.132	148.351	147.942	147.207	151.544
- Subsídio por morte	5.142	5.076	5.132	6.372	5.759
- Prémio na reforma	7.180	7.036	6.802	8.082	-
	973.742	972.776	959.369	932.276	887.696
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	998.389	979.892	996.786	932.465	914.204
Valor financiado em excesso / (não financiado)	24.647	7.116	37.417	189	26.508
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	2.958	-	30.579	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	10.916	(4.872)	(4.319)	23.815	(9.857)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(37.995)	29.753	(32.933)	2.050	(17.675)
	(27.079)	24.881	(37.252)	25.865	(27.532)
	(27.079)	27.839	(37.252)	56.444	(27.532)

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 milhares de euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	
. Feminina	TV 88/90 ⁽⁻¹⁾
. Masculina	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,10%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de inflação	0,75%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2019 e no exercício de 2018, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Responsabilidades no início do exercício	972.776	959.369
Custo dos serviços correntes	1.856	4.075
Custo dos juros	9.805	18.418
(Ganhos)/perdas atuariais	10.916	(1.914)
Reformas antecipadas	7.691	39.021
Valores pagos	(30.549)	(48.637)
Contribuições dos empregados	1.247	2.444
Responsabilidades no fim do período	<u>973.742</u>	<u>972.776</u>

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos primeiros semestres de 2019 e 2018, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

	<u>30-06-2019</u>	<u>30-06-2018</u>
Custo dos serviços correntes	1.876	2.038
Custo dos juros	9.804	9.209
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	<u>(9.804)</u>	<u>(9.209)</u>
Plano de benefício definido	1.876	2.038
Plano de contribuição definida	552	555
Plano da Sucursal de Londres	426	162
Plano do BAPOP	-	627
	<u>2.854</u>	<u>3.382</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT (publicado no BTE nº 29 de 8 de Agosto de 2016). O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2018 e no primeiro semestre de 2019, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	658.333
Ganhos atuariais com pensões gerados	(2.389)
Perdas financeiras com pensões gerados	24.699
Perdas atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	475
Perdas financeiras com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	5.054
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 22)	686.172
Perdas atuariais com pensões gerados	10.182
Ganhos financeiros com pensões gerados	(31.476)
Perdas atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	734
Ganhos financeiros com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	(6.519)
Saldo em 30 de junho de 2019 (Nota 22)	659.093

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do Banco. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Empregados no ativo ⁽¹⁾	4.523	4.582
Pensionistas	1.211	1.175
Reformados e reformados antecipadamente	5.683	5.689
	<u>11.417</u>	<u>11.446</u>

(1) Dos quais 358 e 340 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do Banco no exercício de 2018 e no primeiro semestre de 2019, foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	996.786
Contribuições do Banco (monetárias)	40.634
Contribuições dos empregados	2.444
Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	18.418
· Rendimento dos Fundo acima da taxa de desconto	(29.753)
Valores pagos	<u>(48.637)</u>
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	979.892
Contribuições dos empregados	1.247
Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	9.804
· Rendimento dos Fundo acima da taxa de desconto	37.995
Valores pagos	<u>(30.549)</u>
Valor patrimonial em 30 de junho de 2019	<u><u>998.389</u></u>

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ascenderam a 4,92% e (0,98%), respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do Banco prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do Banco em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a composição do Fundo de Pensões do Banco era como segue:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	57.732	26.262
. Rating BBB	423.477	407.452
. Rating BB	11.813	14.055
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	52.166	53.931
Fundos de Investimento Imobiliário	142.294	154.781
Fundos de Investimento Mobiliário	210.341	175.316
Depósitos	34.472	68.387
Imóveis		
. Espaços comerciais	19.883	21.313
. Terrenos	844	844
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	190	161
. Ações estrangeiras – cotadas	33.819	34.030
Instrumentos financeiros derivados - Opções cotadas	(2.379)	2.288
Outros	13.737	21.072
	<u>998.389</u>	<u>979.892</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 41), foi como segue:

	<u>30-06-2019</u>				<u>31-12-2018</u>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	493.022	-	52.166	545.188	447.769	-	53.931	501.700
Fundos de investimento	185.977	-	166.658	352.635	164.181	-	165.916	330.097
Instrumentos de capital	34.009	-	-	34.009	34.191	-	-	34.191
Instrumentos financeiros derivados	(2.379)	-	-	(2.379)	2.288	-	-	2.288
Imóveis	-	-	20.727	20.727	-	-	22.157	22.157
	<u>710.629</u>	<u>-</u>	<u>239.551</u>	<u>950.180</u>	<u>648.429</u>	<u>-</u>	<u>242.004</u>	<u>890.433</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Imóveis arrendados	13.875	14.841
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	167.960	151.881
	-----	-----
	181.835	166.722
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 291 milhares de euros.

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifique. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estavam abrangidos por este plano 85 e 88 colaboradores, respetivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2018, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,7%
Taxa de crescimento salarial	2,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%
Taxa de inflação	2,5%

Em 31 de dezembro de 2018, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

Estimativa de responsabilidades por serviços passados	44.509
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.891

Valor não financiado – Sucursal de Londres	(5.618)
	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2018, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2017	47.440
Custo dos serviços correntes	163
Custo dos juros	1.120
Ganhos atuariais	(3.327)
Valores pagos	(887)

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2018	44.509
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante no exercício de 2018 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	40.711
Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	960
· Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(2.030)
Contribuição da Sucursal	137
Valores pagos	(887)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	38.891
	=====

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres no exercício de 2018 apresentava o seguinte detalhe:

Custo dos serviços correntes	163
Custo dos juros	1.120
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(960)

	323
	===

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres no exercício de 2018 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.406
Ganhos atuariais com pensões	(3.327)
Perdas financeiras com pensões	2.030

Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 19)	12.109
	=====

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

Instrumentos de dívida	20.908
Instrumentos de capital	1.773
Outros instrumentos	16.025
Depósitos	185

Valor do Fundo	38.891
	=====

Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação Banif: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco assumiu as responsabilidades do Banif nos três planos de pensões. Em 31 de dezembro de 2018 a população abrangida é a seguinte:

Plano de pensões de benefício definido

	31-12-2018		
	Sub-	Sub-	Total
	população ex-Banif	população ex-BBCA	
Ativos	727	174	901
Reformados e pensionistas	96	161	257
Reformados antecipadamente	10	171	181
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	69	69
Reformados do plano contribuição definida	175	-	175
Número total	<u>1.008</u>	<u>575</u>	<u>1.583</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

	31-12-2018
Plano II	470
Plano III	257
Número total	<u>727</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2018, assumindo os pressupostos do Banco, apresentava o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	31-12-2018				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	21.605	6.155	102	846	28.708
Reformados e pensionistas	74.838	7.484	384	-	82.706
Reformados antecipadamente	13.821	3.450	-	-	17.271
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.241	1.158	-	-	4.399
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>113.505</u>	<u>18.247</u>	<u>486</u>	<u>846</u>	<u>133.084</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					100.641
Insuficiência de financiamento					<u>(32.443)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	64.385	62,49%
Fundo mobiliário	7.908	7,68%
Fundo imobiliário	1.946	1,89%
Imóveis	13.744	13,34%
Instrumentos de capital	6.665	6,47%
Depósitos	6.111	5,93%
Outros	2.266	2,20%
	103.025	
Património a transferir	(2.384)	
	100.641	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

Fundo de Pensões – BAPOP

Na sequência da aquisição/fusão do BAPOP ocorrida a 27 de dezembro de 2017, o Banco assumiu na sua totalidade o seu Fundo de Pensões. O plano de pensões do BAPOP é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previsto no ACT. O Fundo assume ainda as responsabilidades com serviços passados dos ex-colaboradores, na proporção do tempo em que tenham estado ao serviço do BAPOP. Este plano integra também um plano de pensões dos membros executivos do conselho de administração que assegura o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a população abrangida é a seguinte:

	30-06-2019	31-12-2018
Ativos	894	929
Reformados e pensionistas	110	138
Reformas antecipadas	30	23
Ex-colaboradores (administradores)	2	2
Ex-colaboradores	1.165	1.165
Número total	2.201	2.257

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2019			31-12-2018		
	SAMS e			SAMS e		
	Pensões	Subsídio por morte	Total	Pensões	Subsídio por morte	Total
Ativos	49.354	6.928	56.282	49.183	6.804	55.987
Reformados e pensionistas	52.436	2.487	54.923	57.755	2.529	60.284
Reformas antecipadas	14.716	818	15.534	12.352	663	13.015
Ex-colaboradores (administradores)	2.522	44	2.566	2.718	43	2.761
Ex-colaboradores	31.064	-	31.064	31.064	-	31.064
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>150.092</u>	<u>10.277</u>	<u>160.369</u>	<u>153.072</u>	<u>10.039</u>	<u>163.111</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões			170.765			163.475
Excesso de financiamento			<u>10.396</u>			<u>364</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo de Pensões do BAPOP apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	30-06-2019		31-12-2018	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	104.439	61,16%	83.324	50,97%
Unidades de participação	59.496	34,84%	57.519	35,19%
Depósitos e outros	6.830	4,00%	22.632	13,84%
	<u>170.765</u>		<u>163.475</u>	

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

39. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta n.º 4 e Hipototta n.º 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 30 de junho de 2019, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Hipototta n.º 4 PLC						
	Montante		Rating	Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	521.650	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	18.978	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	59.936	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>600.564</u>					
Classe D	14.000	14.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>614.564</u>					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	476.395	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BBB	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>583.395</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>589.395</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta n.º 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 e as obrigações da classe F do Hipototta n.º 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9%. Nas obrigações da classe F do Hipototta n.º 5 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os veículos de titularização e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizadas e obrigações emitidas.

Azor Mortgage n.º 1

Operação concretizada em novembro de 2004, em que foram cedidos créditos hipotecários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC, - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage n.º 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	-	AA	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	18.099	AA	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BBB	A3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>27.099</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>37.099</u>				

Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	117.811	AA	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	A	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	BBB	BBB+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>137.260</u>				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>153.385</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBKA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Azor Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.500	91.046	AA (sf)	A (sf)	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>134.126</u>				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>140.876</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	201.889	AA	AA (sf)	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	28.953	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>230.842</u>				
Classe C	57.668	51.061	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>281.903</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	228.614	AA (sf)	AA	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	25.176	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>253.790</u>				
Classe C	74.250	69.381	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>323.171</u>				

Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	187.410	AA	AA	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	34.601	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>222.011</u>				
Classe C	66.250	62.011	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>284.022</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	148.446	AA-	AA	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	27.586	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>176.032</u>				
Classe C	63.550	57.206	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>233.238</u>				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	1.358.300	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.842.300</u>				
Classe C	66.000	56.920	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.899.220</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Durante o primeiro semestre de 2019 foi liquidada a operação Atlantes Mortgage n.º 1.

40. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2019 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u>	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário - Novimovest	Portugal
Primestar Servicing	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
<u>Entidades Propósito Especial, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</u>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam (Banco Popular España)	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Popular Gestao de Activos	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank,National Association	Estados unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Thechnology, S.L.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2018 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Primestar Servicing	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Entidades Propósito Especial, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Consulteam (Banco Popular España)	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Popular Gestao de Activos	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander Global Thechnology, S.L.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os saldos e as transações mantidas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e durante o exercício de 2018 com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2019		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34.617	-	764
Ativos financeiros detidos para negociação	152.816	-	14.996
Aplicações em instituições de crédito	507.701	55.086	5.977
Crédito a clientes	9.157	1.923	37.904
Derivados de cobertura	2.614	-	-
Investimentos em associadas e filiais	-	57.473	-
Ativos por impostos correntes	1	-	-
Outros ativos	7	5.203	17.879
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.106.229	-	13.171
Recursos de outras instituições de crédito	826.994	-	8.662
Recursos de clientes e outros empréstimos	93.115	15.624	656.230
Responsabilidades representadas por títulos	53.082	-	-
Derivados de cobertura	54.928	-	-
Passivos subordinados	335.042	-	4.297
Passivos por Impostos Correntes	65.443	-	-
Outros passivos	4.624	-	22.934
Custos:			
Juros e encargos similares	117.708	-	6.593
Encargos com serviços e comissões	37	-	1.489
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	308.450	-	75.449
Resultados de reavaliação cambial	1.823	-	-
Gastos gerais administrativos	4.581	-	16.022
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	112.925	202	185
Rendimentos de serviços e comissões	234	157	31.336
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.	216.317	-	75.449
Resultados de reavaliação cambial	-	-	15
Resultados de associadas	-	412	-
Outros resultados de exploração.	-	-	150
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	33.116	22	161.340
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	125.000	82	97.112
Operações cambiais e instrumentos derivados	23.901.027	-	487.937
Responsabilidades por prestação de serviços	3.628.031	-	5.526.116

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91.713	-	6.633
Ativos financeiros detidos para negociação	162.071	-	11.289
Aplicações em instituições de crédito	310.846	50.072	108.146
Crédito a clientes	-	15	60.145
Derivados de cobertura	9.970	-	-
Investimentos em associadas e filiais	-	61.481	-
Ativos por impostos correntes	228	-	-
Outros ativos	3.482	-	18.429
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.197.394	-	2.762
Recursos de outras instituições de crédito	290.308	-	21.771
Recursos de clientes e outros empréstimos	61.399	4.048	517.822
Responsabilidades representadas por títulos	63.824	-	-
Derivados de cobertura	21.242	-	5.795
Passivos subordinados	335.049	-	4.297
Passivos por Impostos Correntes	10.404	-	-
Outros passivos	7.061	-	3.772
Custos:			
Juros e encargos similares	223.607	-	19.326
Encargos com serviços e comissões	872	-	2.753
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	586.111	-	195.805
Resultados de outros activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.318	-	-
Gastos gerais administrativos	7.061	-	36.010
Outros resultados de exploração	-	-	7.170
Imparidade em Investimentos em associadas	-	65	-
Resultados de outros activos	-	-	2.168
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	213.471	1.318	3.232
Rendimentos de serviços e comissões	409	283	64.864
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.	482.511	-	190.779
Resultados de reavaliação cambial	1.176	-	-
Alienação de outros activos.	1.756	-	-
Resultados de associadas	-	7.188	-
Outros resultados de exploração.	-	-	793
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	31.197	22	79.452
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	110.000	29.500	105.718
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.406.931	-	581.731
Responsabilidades por prestação de serviços	3.578.893	1.027	5.451.192

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 502 milhares de euros e 533 milhares de euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 4.121 milhares de euros e 9.549 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. i).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as responsabilidades com este plano ascendiam a 13.926 milhares de euros e 24.721 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 19).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

41. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2019				Valor líquido
	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Mensurado ao custo histórico	Imparidade	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.159.813	245.324	-	2.405.137
Disponibilidades em outras instituições de crédito		519.166	-	-	519.166
Ativos financeiros detidos para negociação	1.136.324	-	-	-	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	164.391	-	-	-	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.014.576	-	-	(3)	6.014.573
Aplicações em instituições de crédito	-	833.080	-	(40)	833.040
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.988.253	36.653.743	72.915	(963.773)	39.751.138
Derivados de cobertura	91.856	-	-	-	91.856
	11.395.400	40.165.802	318.239	(963.816)	50.915.625
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.149.393	-	-	-	1.149.393
Recursos de bancos centrais	-	3.043.848	-	-	3.043.848
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.782.875	-	-	3.782.875
Recursos de clientes e outros empréstimos	175.056	35.401.981	-	-	35.577.037
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.768.357	-	-	3.768.357
Outros passivos	-	160.155	93.942	-	254.097
Derivados de cobertura	376.489	-	-	-	376.489
	1.700.938	46.157.216	93.942	-	47.952.096

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018				Valor líquido
	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Mensurado ao custo histórico	Imparidade	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.368.061	287.669	-	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito		845.003	-	-	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	1.215.956	-	-	-	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	176.878	-	-	-	176.878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.246.160	-	-	(3)	5.246.157
Aplicações em instituições de crédito	-	675.115	-	(84)	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.281.500	37.333.770	75.423	(1.108.584)	39.582.109
Derivados de cobertura	73.464	-	-	-	73.464
	<u>9.993.958</u>	<u>40.221.949</u>	<u>363.092</u>	<u>(1.108.671)</u>	<u>49.470.328</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.242.475	-	-	-	1.242.475
Recursos de bancos centrais	-	3.050.040	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.539.844	-	-	3.539.844
Recursos de clientes e outros empréstimos	359.471	33.578.286	-	-	33.937.757
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.611.944	-	-	4.611.944
Outros passivos	-	119.793	56.413	-	176.206
Derivados de cobertura	90.556	-	-	-	90.556
	<u>1.692.502</u>	<u>44.899.907</u>	<u>56.413</u>	<u>-</u>	<u>46.648.822</u>

As rubricas de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado e recursos de clientes e outros empréstimos, inclui os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura e foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	473.397	(463.211)	10.186	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.759	(327)	2.432	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	163.084	(5)	163.079	369.345	-	369.345
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7.358	-	7.358	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	747.313	(156.338)	590.975	-	-	-
Derivados de cobertura	142.352	(323.408)	(181.056)	-	(60.118)	(60.118)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(3.127)	(3.127)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.367	(26.647)	29.720	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	(27.786)	(27.786)	-	-	-
	<u>1.592.630</u>	<u>(1.000.849)</u>	<u>591.781</u>	<u>369.345</u>	<u>(60.118)</u>	<u>309.227</u>
Garantias prestadas	9.452	(2.233)	7.219	-	-	-
Linhas de crédito	402	-	402	-	-	-
	<u>1.602.484</u>	<u>(1.003.082)</u>	<u>599.402</u>	<u>369.345</u>	<u>(60.118)</u>	<u>309.227</u>

	30-06-2018					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	667.193	(672.504)	(5.311)	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.515	(1.170)	345	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	85.184	(1.706)	83.478	50.620	-	50.620
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	3.364	-	3.364	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	654.834	(189.378)	465.456	-	-	-
Derivados de cobertura	123.844	(135.518)	(11.674)	41.520	-	41.520
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(2.094)	(2.094)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	48.310	(29.328)	18.982	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	589	(27.556)	(26.967)	-	-	-
	<u>1.584.833</u>	<u>(1.059.254)</u>	<u>525.579</u>	<u>92.140</u>	<u>-</u>	<u>92.140</u>
Garantias prestadas	10.445	(1.220)	9.225	-	-	-
Linhas de crédito	1.101	-	1.101	-	-	-
	<u>1.596.379</u>	<u>(1.060.474)</u>	<u>535.905</u>	<u>92.140</u>	<u>-</u>	<u>92.140</u>

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 30 de junho de 2019 e 2018, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 4.976 milhares de euros e 4.762 milhares de euros, respetivamente (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018, os proveitos e custos com juros e comissões, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019			30-06-2018		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	327	-	327	622	-	622
Outros ativos financeiros ao justo valor						
através de outro rendimento integral	61.734	-	61.734	55.848	-	55.848
Aplicações em instituições de crédito	7.031	-	7.031	2.742	-	2.742
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	388.338	(7)	388.331	419.311	(12)	419.299
	<u>457.430</u>	<u>(7)</u>	<u>457.423</u>	<u>478.523</u>	<u>(12)</u>	<u>478.511</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	(63)	(63)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(3.127)	(3.127)	-	(2.031)	(2.031)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(25.808)	(25.808)	-	(29.179)	(29.179)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(27.786)	(27.786)	-	(27.556)	(27.556)
	<u>-</u>	<u>(56.721)</u>	<u>(56.721)</u>	<u>-</u>	<u>(58.829)</u>	<u>(58.829)</u>
Garantias prestadas	9.452	-	9.452	10.445	-	10.445
Linhas de crédito	402	-	402	1.001	-	1.001

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019			30-06-2018		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	<u>31 747</u>	<u>(6 868)</u>	<u>24 879</u>	<u>28 979</u>	<u>(8 124)</u>	<u>20 855</u>
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>54 267</u>	<u>-</u>	<u>54 267</u>	<u>45 658</u>	<u>-</u>	<u>45 658</u>

O Banco reconheceu durante os primeiros semestres de 2019 e 2018 proveitos financeiros referentes a "Rendimentos de juros" com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 3.437 milhares de euros e 4.239 milhares de euros, respetivamente (Nota 26).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.769.939	3.778.251	208.198	3.986.449	3.769.939	(221.998)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.080.000	2.117.355	43.477	2.160.832	2.080.000	(47.104)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(173.562)	(173.931)	(1.125)	(175.056)	165.304	985
Cobertura de fluxos de caixa						
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	900.000	900.000	-	900.000	983.263	(105.342)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	89.206
Recursos de clientes e outros empréstimos	102.564	102.564	-	102.564	102.564	(380)
	16.678.941	16.724.239	250.550	16.974.789	17.101.070	(284.633)

	31-12-2018					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.274.106	3.279.651	47.162	3.326.813	3.283.020	(55.944)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	80.000	89.046	1.295	90.341	80.000	(5.795)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(358.688)	(359.471)	(2.345)	(361.816)	211.667	2.615
Cobertura de fluxos de caixa						
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	850.000	850.000	-	850.000	935.913	(21.001)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	63.365
Recursos de clientes e outros empréstimos	351.421	351.421	-	351.421	351.421	(332)
	14.196.839	14.210.647	46.112	14.256.759	14.862.021	(17.092)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2019					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	(385)	-	25.587	63.624	-	88.826

	31-12-2018					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	4.802	9.926	21.026	27.279	-	63.033

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos primeiros semestres de 2019 e 2018, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019			30-06-2018		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido
	Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	161.036	(161.036)	-	8.695	(8.695)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	42.014	(42.014)	-	3.845	(3.845)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.274	(1.274)	-	2.504	(2.518)	(14)
	204.324	(204.324)	-	15.044	(15.058)	(14)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
<u>Ativo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.405.137	2.405.137	-	1.655.730	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	519.166	519.166	-	845.003	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	1.136.324	-	1.136.324	1.215.956	-	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	164.391	-	164.391	176.878	-	176.878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.014.573	-	6.014.573	5.246.157	-	5.246.157
Aplicações em instituições de crédito	-	833.040	833.040	-	675.031	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.778.251	35.972.887	39.751.138	3.279.651	36.302.458	39.582.109
Derivados de cobertura	91.856	-	91.856	73.464	-	73.464
	<u>11.185.395</u>	<u>39.730.230</u>	<u>50.915.625</u>	<u>9.992.106</u>	<u>39.478.222</u>	<u>49.470.328</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	1.149.393	-	1.149.393	1.242.475	-	1.242.475
Recursos de bancos centrais	-	3.043.848	3.043.848	-	3.050.040	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.782.875	3.782.875	-	3.539.844	3.539.844
Recursos de clientes e outros empréstimos	173.931	35.403.106	35.577.037	359.471	33.578.286	33.937.757
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.768.357	3.768.357	-	4.611.944	4.611.944
Outros passivos	-	254.097	254.097	-	176.206	176.206
Derivados de cobertura	376.489	-	376.489	90.556	-	90.556
	<u>1.699.813</u>	<u>46.252.283</u>	<u>47.952.096</u>	<u>1.692.502</u>	<u>44.956.320</u>	<u>46.648.822</u>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2019				Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Imparidade	
Ativo					
Ativos financeiros detidos para negociação	2.500	-	1.133.824	-	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	164.391	-	-	-	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.195.151	61.417	758.008	(3)	6.014.573
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.769.939	10.116	-	(1.804)	3.778.251
Derivados de cobertura	-	-	91.856	-	91.856
	<u>9.131.981</u>	<u>71.533</u>	<u>1.983.688</u>	<u>(1.807)</u>	<u>11.185.395</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.149.393	-	1.149.393
Recursos de clientes e outros empréstimos	173.562	369	-	-	173.931
Derivados de cobertura	-	-	376.489	-	376.489
	<u>173.562</u>	<u>369</u>	<u>1.525.882</u>	<u>-</u>	<u>1.699.813</u>
31-12-2018					
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo					
Ativos financeiros detidos para negociação	2 500	-	1 213 456	-	1 215 956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	176 878	-	-	-	176 878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 709 341	83 828	452 991	(3)	5 246 157
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3 274 106	7 394	-	(1 849)	3 279 651
Derivados de cobertura	-	-	73 464	-	73 464
	<u>8 162 825</u>	<u>91 222</u>	<u>1 739 911</u>	<u>(1 852)</u>	<u>9 992 106</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 242 475	-	1 242 475
Recursos de clientes e outros empréstimos	358 688	783	-	-	359 471
Derivados de cobertura	-	-	90 556	-	90 556
	<u>358 688</u>	<u>783</u>	<u>1 333 031</u>	<u>-</u>	<u>1 692 502</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2019			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.132.945	3.379	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	732	-	163.659	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.765.479	2.234.938	14.156	6.014.573
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	3.778.251	-	3.778.251
Derivados de cobertura	-	91.856	-	91.856
	<u>3.766.211</u>	<u>7.237.990</u>	<u>181.194</u>	<u>11.185.395</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.149.393	-	1.149.393
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	173.931	-	173.931
Derivados de cobertura	-	376.489	-	376.489
	<u>-</u>	<u>1.699.813</u>	<u>-</u>	<u>1.699.813</u>
31-12-2018				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 212 577	3 379	1 215 956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	10 503	-	166 375	176 878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 098 805	2 136 790	10 562	5 246 157
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	3 279 651	-	3 279 651
Derivados de cobertura	-	73 464	-	73 464
	<u>3 109 308</u>	<u>6 702 482</u>	<u>180 316</u>	<u>9 992 106</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1 242 475	-	1 242 475
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	359 471	-	359 471
Derivados de cobertura	-	90 556	-	90 556
	<u>-</u>	<u>1 692 502</u>	<u>-</u>	<u>1 692 502</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, alguns fundos de investimento e ações.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e a totalidade dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo "Black-Scholes" para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros ("método do valor presente") atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black Scholes, Modelo Heston
Opções taxa de juro	Modelo Black Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do "Credit Value Adjustment" (CVA) e do "Debit Value Adjustment" (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

No primeiro semestre de 2019 e no exercício de 2018, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor		Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro		Outros ativos ao justo valor através de outro rendimento integral	
Em 31 de dezembro de 2018	3.379	-	166.375		10.562		-	180.316
Apliação da IFRS9	-	-	-		-		-	-
Aquisições	-	-	66		3.608		-	3.674
Alienações	-	-	-		(2.819)		-	(2.819)
Reembolsos	-	-	(2.516)		(581)		-	(3.097)
Reclassificações	-	-	-		3.100		-	3.100
Alterações de justo valor	-	-	(266)		289		-	23
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-		(3)		-	(3)
Em 30 de junho de 2019	3.379	-	163.659		14.156		-	181.194

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2019		31-12-2018	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,21%	2,50%	-0,25%	2,75%
1 mês	-0,21%	2,50%	-0,25%	2,76%
3 meses	-0,25%	2,32%	-0,24%	2,76%
6 meses	-0,31%	2,15%	-0,24%	2,74%
9 meses	-0,34%	2,07%	-0,23%	2,73%
1 ano	-0,36%	1,98%	-0,23%	2,73%
3 anos	-0,36%	1,71%	-0,07%	2,60%
5 anos	-0,23%	1,73%	0,20%	2,61%
7 anos	-0,07%	1,81%	0,47%	2,66%
10 anos	0,18%	1,94%	0,81%	2,75%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado era o seguinte:

	30-06-2019		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.405.137	2.430.023	24.886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	519.166	519.166	-
Aplicações em instituições de crédito	833.040	833.063	23
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	35.972.887	36.749.288	776.401
	<u>39.730.230</u>	<u>40.531.540</u>	<u>801.310</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(3.043.848)	(3.042.173)	1.675
Recursos de outras instituições de crédito	(3.782.875)	(3.789.109)	(6.234)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(35.403.106)	(35.418.998)	(15.892)
Responsabilidades representadas por títulos	(3.768.357)	(3.905.349)	(136.992)
Outros passivos	(254.097)	(254.097)	-
	<u>(46.252.283)</u>	<u>(46.409.726)</u>	<u>(157.443)</u>
<u>31-12-2018</u>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.655.730	1.640.365	(15.365)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	845.003	845.003	-
Aplicações em instituições de crédito	675.031	675.571	540
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	36.302.458	35.954.166	(348.292)
	<u>39.478.222</u>	<u>39.115.105</u>	<u>(363.117)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(3.050.040)	(3.038.968)	11.072
Recursos de outras instituições de crédito	(3.539.844)	(3.544.490)	(4.646)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(33.578.286)	(33.599.176)	(20.890)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.611.944)	(4.614.850)	(2.906)
Outros passivos	(176.206)	(176.206)	-
	<u>(44.956.320)</u>	<u>(44.973.690)</u>	<u>(17.370)</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2019			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
		(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.430.023	-	2.430.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	519.166	-	519.166
Aplicações em instituições de crédito	-	833.063	-	833.063
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	710.906	36.038.382	36.749.288
	-	4.493.158	36.038.382	40.531.540
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.042.173)	-	(3.042.173)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(3.789.109)	-	(3.789.109)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(35.418.998)	(35.418.998)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(3.905.349)	-	(3.905.349)
Outros passivos	-	(254.097)	-	(254.097)
	-	(10.990.728)	(35.418.998)	(46.409.726)
<u>31-12-2018</u>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total	
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.640.365	-	1.640.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	845.003	-	845.003
Aplicações em instituições de crédito	-	675.571	-	675.571
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	497.136	35.457.030	35.954.166
	-	3.658.075	35.457.030	39.115.105
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.038.968)	-	(3.038.968)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(3.544.490)	-	(3.544.490)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(33.599.176)	(33.599.176)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(4.614.850)	-	(4.614.850)
Outros passivos	-	-	(176.206)	(176.206)
	-	(11.198.308)	(33.775.382)	(44.973.690)

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do período;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último trimestre do período tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do período;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O risco em posições de derivativos (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivativos é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser interpretado da seguinte forma:

- Rating* 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de default elevada;
- Rating* 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de default moderada;
- Rating* 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de default reduzida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.405.137	2.405.137	1.655.730	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito	519.166	519.166	845.003	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	1.136.324	1.136.324	1.215.956	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	164.391	164.391	176.878	179.978
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.014.573	6.014.573	5.246.157	5.246.157
Aplicações em instituições de crédito	833.040	833.040	675.031	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	39.751.138	45.727.406	39.582.109	45.924.886
Derivados de cobertura	91.856	91.856	73.464	73.464
Investimentos em associadas	57.473	57.473	61.481	61.481
	<u>50.973.099</u>	<u>56.949.367</u>	<u>49.531.809</u>	<u>55.877.686</u>
Garantias prestadas	<u>1.927.449</u>	<u>1.927.449</u>	<u>1.956.508</u>	<u>1.956.508</u>

A exposição máxima em “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” em 30 de junho de 2019 incluía 772.723 milhares de euros e 5.203.545 milhares de euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (1.035.032 milhares de euros e 5.307.745 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente).

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	39.016.359	(148.501)	0,4%	38.655.290	(175.341)	0,5%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-		619	(494)	79,8%
. Particulares	491.136	(197.645)	40,2%	601.095	(233.314)	38,8%
. Empresas	1.207.416	(617.627)	51,2%	1.433.689	(699.435)	48,8%
	<u>1.698.552</u>	<u>(815.272)</u>		<u>2.035.403</u>	<u>(933.243)</u>	
	<u>40.714.911</u>	<u>(963.773)</u>		<u>40.690.693</u>	<u>(1.108.584)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o grau de cobertura das exposições não produtivas por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	619	-	-
. Particulares	491.136	253.586	51,6%	601.095	319.151	53,1%
. Empresas	1.207.416	337.326	27,9%	1.433.689	381.567	26,6%
	<u>1.698.552</u>	<u>590.912</u>		<u>2.035.403</u>	<u>700.718</u>	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	718.424	(30.963)	4,3%	866.312	(39.221)	4,5%
Exposições não produtivas						
. Particulares	316.085	(125.944)	39,8%	378.604	(139.785)	36,9%
. Empresas	926.242	(478.066)	51,6%	1.048.822	(517.521)	49,3%
	<u>1.242.327</u>	<u>(604.010)</u>		<u>1.427.426</u>	<u>(657.306)</u>	
	<u>1.960.751</u>	<u>(634.973)</u>		<u>2.293.738</u>	<u>(696.527)</u>	

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

e

- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2019							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	245.325	-	-	-	2.159.812	-	-	2.405.137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	592.080	-	-	-	-	-	-	592.080
Ativos financeiros detidos para negociação	1.136.324	-	-	-	-	-	-	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	164.391	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	2.878	1.033.822	222.743	241.215	4.367.782	80.514	5.948.956
Aplicações em instituições de crédito	99.173	(592)	44.176	655.017	(18.304)	21.065	-	800.535
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	434.535	2.814.143	4.695.975	8.866.250	6.038.951	22.421.178	-	45.271.032
Derivados de cobertura	91.856	-	-	-	-	-	-	91.856
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	59.391	59.391
	<u>2.599.296</u>	<u>2.816.429</u>	<u>5.773.973</u>	<u>9.744.010</u>	<u>8.421.674</u>	<u>26.810.025</u>	<u>304.296</u>	<u>56.469.703</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	1.149.393	-	-	-	-	-	-	1.149.393
Recursos de bancos centrais	4.519	-	2.406.429	618.686	-	-	-	3.029.634
Recursos de outras instituições de crédito	656.812	1.334.675	640.192	352.266	499.859	300.000	-	3.783.804
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.068.667	6.380.105	7.928.896	3.251.514	978.692	3.135	-	35.611.009
Responsabilidades representadas por títulos	-	40.842	104.048	1.028.660	1.285.378	1.780.683	-	4.239.611
Outros passivos	254.097	-	-	-	-	-	-	254.097
Derivados de cobertura	376.489	-	-	-	-	-	-	376.489
	<u>19.509.977</u>	<u>7.755.622</u>	<u>11.079.565</u>	<u>5.251.126</u>	<u>2.763.929</u>	<u>2.083.818</u>	<u>-</u>	<u>48.444.037</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.669	-	-	-	1.368.061	-	-	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito	845.003	-	-	-	-	-	-	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	1.215.956	-	-	-	-	-	-	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	176.878	176.878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	474.354	568.589	205.728	227.222	4.056.132	82.825	5.614.852
Aplicações em instituições de crédito	93.029	4.663	114.770	440.916	28	21.199	-	674.605
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	144.638	2.585.775	4.673.292	9.208.935	5.884.763	22.278.643	-	44.776.046
Derivados de cobertura	73.464	-	-	-	-	-	-	73.464
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	63.399	63.399
	<u>2.659.761</u>	<u>3.064.792</u>	<u>5.356.651</u>	<u>9.855.579</u>	<u>7.480.074</u>	<u>26.355.974</u>	<u>323.102</u>	<u>55.095.933</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	1.242.475	-	-	-	-	-	-	1.242.475
Recursos de bancos centrais	4.517	-	-	3.025.116	-	-	-	3.029.633
Recursos de outras instituições de crédito	499.400	1.316.413	575.107	352.944	499.809	300.000	-	3.543.673
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.729.416	6.233.232	8.169.095	3.400.782	494.453	1.929	-	34.028.907
Responsabilidades representadas por títulos	-	9.528	822.353	863.699	139.172	3.287.249	-	5.122.001
Outros passivos	176.206	-	-	-	-	-	-	176.206
Derivados de cobertura	90.556	-	-	-	-	-	-	90.556
	<u>17.742.570</u>	<u>7.559.173</u>	<u>9.566.555</u>	<u>7.642.541</u>	<u>1.133.434</u>	<u>3.589.178</u>	<u>-</u>	<u>47.233.451</u>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral), outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rúbrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (*delta* e *gamma*), da volatilidade (*vega*) e do tempo (*theta*).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*Stress Test*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2019				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.159.813	245.324	-	2.405.137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	519.166	-	519.166
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.379	1.132.945	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	164.391	-	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.114.636	-	899.937	-	6.014.573
Aplicações em instituições de crédito	104.129	718.163	10.748	-	833.040
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.381.612	31.406.734	(37.208)	-	39.751.138
Derivados de cobertura	-	-	-	91.856	91.856
	<u>13.600.377</u>	<u>34.284.710</u>	<u>1.805.737</u>	<u>1.224.801</u>	<u>50.915.625</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.149.393	1.149.393
Recursos de bancos centrais	3.043.848	-	-	-	3.043.848
Recursos de outras instituições de crédito	129.405	3.653.153	317	-	3.782.875
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.293.031	17.254.302	29.704	-	35.577.037
Responsabilidades representadas por títulos	2.757.599	1.129.100	(118.342)	-	3.768.357
Outros passivos	-	-	254.097	-	254.097
Derivados de cobertura	-	-	-	376.489	376.489
	<u>24.223.883</u>	<u>22.036.555</u>	<u>165.776</u>	<u>1.525.882</u>	<u>47.952.096</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.368.061	287.669	-	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	845.003	-	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.379	1.212.577	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	176.878	-	176.878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.690.844	-	555.313	-	5.246.157
Aplicações em instituições de crédito	102.310	562.642	10.079	-	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.332.714	31.075.865	173.530	-	39.582.109
Derivados de cobertura	-	-	-	73.464	73.464
	<u>13.125.868</u>	<u>33.006.568</u>	<u>2.051.851</u>	<u>1.286.041</u>	<u>49.470.328</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.242.475	1.242.475
Recursos de bancos centrais	3.050.040	-	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	153.057	3.386.601	186	-	3.539.844
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.442.358	16.429.444	65.955	-	33.937.757
Responsabilidades representadas por títulos	3.507.599	1.228.124	(73.779)	-	4.661.944
Outros passivos	-	-	176.206	-	176.206
Derivados de cobertura	-	-	-	90.556	90.556
	<u>24.153.054</u>	<u>21.044.169</u>	<u>168.568</u>	<u>1.333.031</u>	<u>46.698.822</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Varição	Varição	Varição	Varição
	+100 bp's	-100 bp's	+100 bp's	-100 bp's
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(652)	29.343	577	54.845
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(339.336)	175.116	(321.428)	331.587
Aplicações em instituições de crédito	(314)	1.437	(313)	702
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(855.399)	598.551	(742.446)	690.663
	<u>(1.195.701)</u>	<u>804.447</u>	<u>(1.063.610)</u>	<u>1.077.797</u>
Derivados de cobertura	193.775	(299.777)	(9.444)	(159.475)
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	(34.360)	4.727	(49.154)	15.495
Recursos de outras instituições de crédito	(17.055)	10.347	(9.095)	19.820
Recursos de clientes e outros empréstimos	(977.353)	363.583	(823.399)	654.418
Responsabilidades representadas por títulos	(149.210)	68.564	(158.567)	144.213
	<u>(1.177.978)</u>	<u>447.221</u>	<u>(1.040.215)</u>	<u>833.946</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>30-06-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
VaR Percentil 99%	-	-
VaR Weighted Percentil 99%	-	-

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2019			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.390.465	6.510	8.162	2.405.137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	198.640	188.197	132.329	519.166
Ativos financeiros detidos para negociação	1.134.244	1.813	267	1.136.324
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	164.391	-	-	164.391
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.014.573	-	-	6.014.573
Aplicações em instituições de crédito	738.878	43.954	50.208	833.040
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	39.112.645	475.885	162.608	39.751.138
Derivados de cobertura	91.298	558	-	91.856
Investimentos em associadas	57.473	-	-	57.473
	<u>49.902.607</u>	<u>716.917</u>	<u>353.574</u>	<u>50.973.098</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.147.316	1.812	265	1.149.393
Recursos de bancos centrais	3.043.848	-	-	3.043.848
Recursos de outras instituições de crédito	3.694.736	87.831	308	3.782.875
Recursos de clientes e outros empréstimos	33.969.114	1.352.133	255.790	35.577.037
Responsabilidades representadas por títulos	3.758.357	-	-	3.758.357
Outros passivos	254.097	-	-	254.097
Derivados de cobertura	375.112	1.108	269	376.489
	<u>46.242.580</u>	<u>1.442.884</u>	<u>256.632</u>	<u>47.942.096</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2018			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.648.952	2.785	3.993	1.655.730
Disponibilidades em outras instituições de crédito	415.917	277.247	151.839	845.003
Ativos financeiros detidos para negociação	1.214.425	1.518	13	1.215.956
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	176.878	-	-	176.878
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.246.157	-	-	5.246.157
Aplicações em instituições de crédito	608.706	17	66.308	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	38.935.530	614.968	31.611	39.582.109
Derivados de cobertura	67.718	5.746	-	73.464
Investimentos em associadas	61.481	-	-	61.481
	<u>48.375.764</u>	<u>902.281</u>	<u>253.764</u>	<u>49.531.809</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.240.954	1.520	1	1.242.475
Recursos de bancos centrais	3.050.040	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	3.411.006	128.496	342	3.539.844
Recursos de clientes e outros empréstimos	32.379.754	1.333.833	224.170	33.937.757
Responsabilidades representadas por títulos	4.661.944	-	-	4.661.944
Outros passivos	176.206	-	-	176.206
Derivados de cobertura	88.714	1.728	114	90.556
	<u>45.008.618</u>	<u>1.465.577</u>	<u>224.627</u>	<u>46.698.822</u>

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	30-06-2019	31-12-2018
VaR Percentil 99%	(3)	(3)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	(3)

Risco de cotações de ativos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2019.

BANCO SANTANDER TOTTA, SA

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações de Caixa - Hipotecárias										
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	(3.876)	746.124	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Hipotecária XVI	EUR	200.000	200.000	-	-	-	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XX	EUR	750.000	750.000	-	-	-	1,20%	7-dez-2017	7-dez-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(5.819)	994.181	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(190)	999.810	1,25%	26-set-2017	26-set-2027	Taxa Fixa
		6.950.000	4.200.000	2.750.000	(9.885)	2.740.115				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização										
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	521.650	381.740	139.910	(459)	139.451	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	18.978	18.978	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	59.936	59.936	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	476.395	336.093	140.302	(205)	140.097	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

BANCO SANTANDER TOTTA, SA

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	-	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	18.099	953	17.146	204	17.350	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	254	6.754	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	117.811	-	117.811	(15.574)	102.237	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.817	13.817	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.632	5.632	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	91.046	91.046	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	201.889	62.921	138.968	(11.164)	127.804	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	28.953	28.953	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	51.061	51.061	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	228.614	-	228.614	(32.131)	196.483	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	25.176	25.176	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	69.381	69.381	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	187.410	187.410	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	34.601	34.601	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	62.011	62.011	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	148.446	148.446	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	27.586	27.586	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	57.206	57.206	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	1.358.300	1.358.300	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 0,6%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	56.920	56.920	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		4.556.873	3.767.622	789.251	(59.075)	730.176				
Outros										
Euro medium Term Note-37ª	EUR	212	-	212	3	215	1,00%	9-ago-2016	9-ago-2019	Taxa Fixa
Euro medium Term Note-38ª	EUR	499	-	499	4	503	1,00%	29-set-2016	29-set-2019	Taxa Fixa
		711	-	711	7	718				
		11.507.584	7.967.622	3.539.962	(68.953)	3.471.009				

BANCO SANTANDER TOTTA, SAPASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	-	270.447	96	-	96	270.543	1,45%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	-	13.818	73	-	73	13.891	1,52%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	23	-	23	4.298	1,52%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5%	EUR	7.599	-	7.599	418	-	418	8.017	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
		296.139	-	296.139	610	-	610	296.749			